

INTERVENÇÃO

REVISTA DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

Nº 6 2ª Série
Revista Mensal
Preço: 40\$00

Julho/Agosto 1982

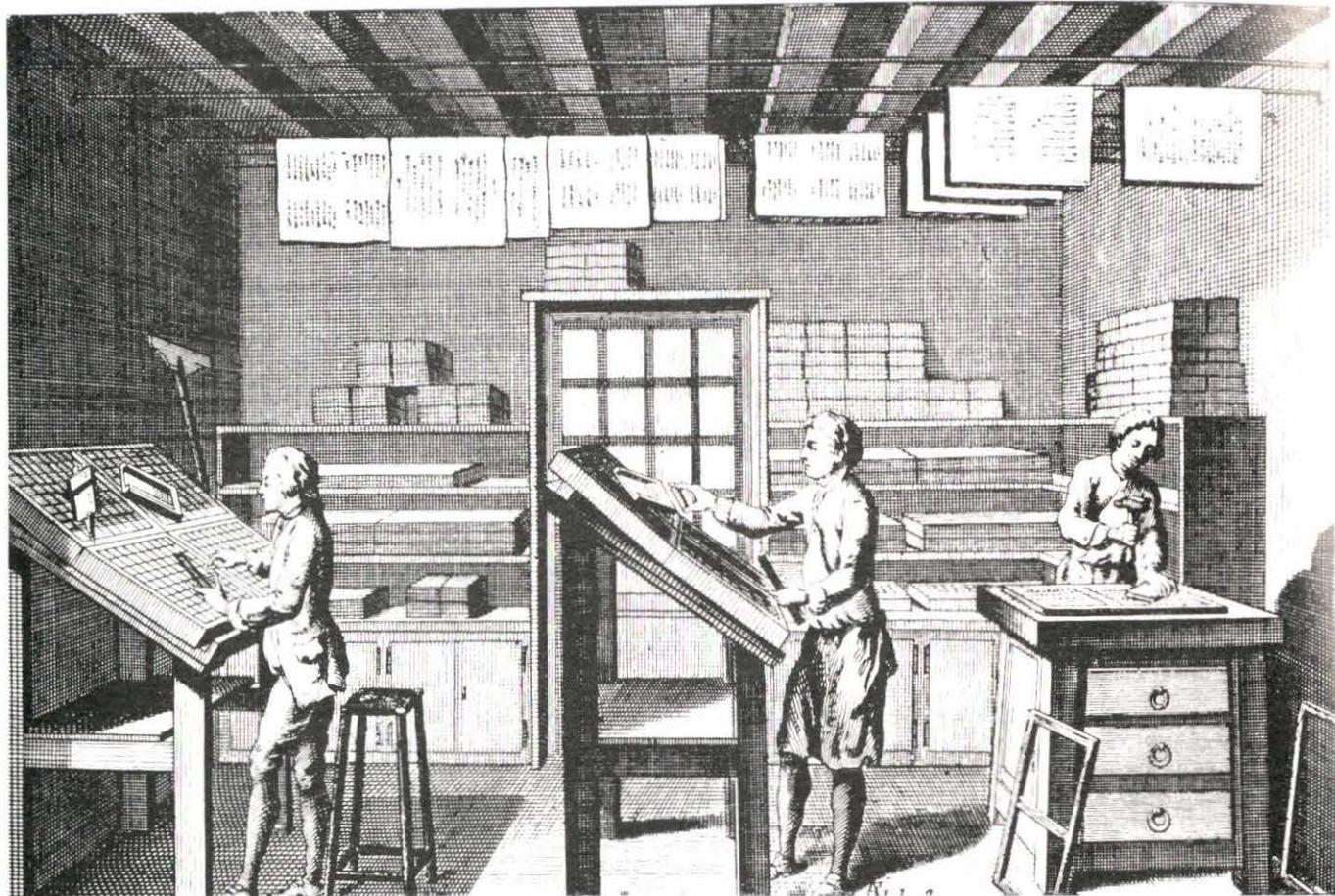


742



CAMINHOS OUTROS

RESENHA



A PASSAGEM

Junho era a 1ª etapa duma corrida que gostaríamos não tivesse fim. Passado o tempo em que esta revista esteve "interrompida" e se entrou na fase do "arranque", pensámos que o tempo gasto não devia ser desperdiçado. Preparou-se a "máquina", ajustou-se a "corrente", novas forças começaram a pedalar também. Era a alegria de pôr "cá fora" uma nova revista, tentando agarrar o que nela havia de concreto e positivo (o resto também foi importante!). Com algum custo fomos (todos nós) para a "estrada".

E começámos. Um princípio agitado mas saudável. Gerou-se a controvérsia e o debate (o que é isso senão a Animação Cultural?) no seio da equipa (toda). Que espaço de liberdade e de criação sem ele?

Atravessamos a fase da "embalagem". Embalagem que pôde ser ganha com a consolidação do já criado e com a abertura de espaços cada vez mais participados para que se discuta e construa um projecto editorial (e cultural) que comprometa e empenhe as associações e os animadores culturais portugueses.

Entrámos na derradeira fase de tornar a Intervenção numa associação cultural que provoque a polémica, problematize a vida, crie a estabilidade num Espaço Outro.

Esta revista, já o dissemos, está ainda a fazer-se. Mas, para não ser uma revista feita, tem de criar uma maneira própria de estar e de intervir — uma equipa que a faça e assuma colectivamente e que responda ao entusiasmo do Movimento Associativo.

A corrida não pára. "Cantanto espalharei por toda a parte, se a tanto me ajudar o engenho e a arte", escreveu Camões. Talvez uma boa maneira de comemorar a **passagem** à nova equipa que vai continuar a "obra".

M.R.
C.F.



INTERVENÇÃO

JULHO, AGOSTO DE 1982

Direcção
Mário Ribeiro
Carlos Fragateiro

REDACÇÃO
A. Santos Silva
Camilo Duarte Inácio
Henrique Araújo
José Ferreira
José Roseira
Lucília Salgado
Luísa Nora
Luis Martins
Luis Mourão
Miguel Horta
Rodolfo Proença de Jesus
Sofia Torrado

DIRECTOR INTERINO
Mário Ribeiro

DIRECÇÃO GRÁFICA
E ILUSTRAÇÕES
Miguel Horta

PROPRIETÁRIO
Luis Martins

SECRETÁRIO
Helena Verejão

ADMINISTRAÇÃO
Jorge Azevedo

FOTOGRAFIA
Mariano Piçarra

PUBLICIDADE
Alfredo Henriquez

COLABORAM NESTE NÚMERO

Filomena Viegas
Humberto Lopes da Piedade
José Alberto Sardinha
José Fernandes de Matos
Karin Wall
Lino Mendes
Luis Coelho Pereira
Maria Augusta Ribeiro
Maria Helena Vinagre
Maria José Vitorino
Profírio Alves Pires

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
GRUA, ARTES GRÁFICAS, LDA.
Calç. dos Barbadinhos 114-A
1 100 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO
Dijornal — Distribuidora de Livros
e Periódicos Lda. — Rua Joaquim
António de Aguiar 64-2º Dtº
1100 Lisboa

PREÇO DESTE NÚMERO
40\$00

TABELA DE ASSINATURAS

	Semestral	Anual	Após
Portugal	200\$00	360\$00	500\$00
Europa	450\$00	900\$00	1 250\$00
Resto Mundo	650\$00	1 200\$00	1 500\$00

TIRAGEM
3.500 exemplares

CONTACTO
PARA PUBLICIDADE
Tel. 60 20 91

REDACÇÃO EM LISBOA
Rua de Arroios n.º 88-1.º
1 100 Lisboa

CORRESPONDÊNCIA
Apartado 21064
1127 Lisboa. Codex

AGRADECEMOS A:
• Bisschoppelijke Vastenactie
Nederland

O BANHO SANTO EM S. BARTOLOMEU DO MAR

PÁG. 4



NÔ DJUNTA MÔN PA ALFABETIZAÇÃO

PÁG. 7



PARA ALÉM DOS CENÁRIOS PRIVADO

PÁG. 9

PRIVADO

PÁG. 10



O FOLCLORE

PÁG. 12



FIOS CRUZADOS SOBRE TECELAGEM MANUAL

PÁG. 16

DAR TEMPO AO TEMPO

PÁG. 19



ANIMAÇÃO TEATRAL

PÁG. 20

CONTRIBUTO

PÁG. 23

DAQUI E DALI

PÁG. 24



AS NOSSAS MEMÓRIAS

PÁG. 28

O BANHO SANTO EM S. BARTOLOMEU DO MAR

Vai-se do Porto na estrada de Viana. Passa-se Vila do Conde, Fão, Esposende, e fica dez quilómetros adiante, junto à praia: é S. Bartolomeu do Mar, povoação de gente da terra, pequenos lavradores e cabaneiros que, uns e outros, vão também ao mar para a apanha do sargaço, adubo suplementar da terra. As alternativas ao trabalho da terra (o qual produz para o autoconsumo e também vende o seu excedente) são os ofícios da construção civil, das pedreiras (granito), assim como a emigração para França e outros países, nas últimas décadas.

É dia 24 de Agosto, romaria de S. Bartolomeu, dia do Banho Santo. Como todas as romarias, fazem parte dela a missa, a procissão, o cumprimento de promessas (estas relacionadas com os poderes especiais do Santo), a feira, música, tendas de comes e bebes, etc. Mas a cerimónia principal é o banho santo, que traz àquela praia milhares de romeiros do Alto e Baixo Minho, às vezes de mais longe. O S. Bartolomeu é a 24 de Agosto, mas o início da festa é no dia 23, depois do meio-dia; nessa tarde vêm já os romeiros que pernoitam nas casas e barracas dos lavradores, ao relento, na praia, ou em tendas de campismo que se espalham pelas dunas. Outrora, vinham em carroças ou a pé; hoje,

de automóvel e de camioneta.

O banho santo começa ao alvorecer, e vai continuar pela manhã até ao meio-dia. À beira da água, as crianças esperam a sua vez, tirando de frio e de medo (1). As famílias despem-nas e entregam-nas, nuas, aos sargaceiros e sargaceiras que nesse dia fazem de banheiros. O "banheiro" pega na criança ao colo, entra no mar, espera a onda e mergulha-a de cabeça, três vezes seguidas. "É o mergulho das três ondas. Tem de ser pelo menos três, mas pode ser mais, cinco, sete, nove, se os pais da criança tiverem feito uma promessa especial" ("banheira"). Também se vêem pais a "darem o banho" mas, na opinião dos "banheiros", não tem o mesmo efeito porque não conhecem as palavras e os gestos rituais: "faz-se o sinal da cruz sobre a criança e uma oração. Há muitas orações, conforme nos sai, assim — 'Este é o banho de S. Bartolomeu do Mar, tiro-te o Diabo e o Medo e o Mal Sagrado'". Depois do mergulho, limpam-lhe a água da cara, levam-na aos pais e recebem o dinheiro convencionado pelo banho.

Apesar de ser esta a principal cerimónia, a romaria continua pela tarde fora. Além do banho santo, correspondem a S. Bartolomeu outro tipo de promessas como, por exemplo, a oferta dos

frangos pretos (hoje já não se exige que sejam pretos). Homens e mulheres levam pela mão os filhos pequenos agarrados ao frango vivo e dão as voltas prometidas à igreja. Os frangos são depois recolhidos num galinheiro encostado à igreja para serem leiloados ao fim da tarde.

Dentro da igreja, à esquerda da entrada, está a mesa com as imagens do santo, os "registos" para venda e a salva para os donativos; e, pousados no chão, os andores. Junto do andar de S. Bartolomeu, crianças e adultos passam em desfile, outra medida protectora contra o "medo".

Pelas três da tarde, anunciada pelos foguetes, sai a procissão da igreja. Segue devagar até à praia, onde entra de lado, abre lentamente caminho entre a multidão e vai até ao cruzeiro a meio da praia. Aí pára e, da esquerda para a direita, um a um, os andores dão meia-volta até estarem todos voltados para o mar. Durante a cerimónia e os minutos que se seguem, os milhares de romeiros guardam um silêncio absoluto, quebrado apenas no momento em que o padre, do alto de uma duna, começa a pregar o seu sermão. Termina este com a benção do mar e dos fiéis, sendo feito o sinal da cruz com a cruz de ouro. A procissão prossegue a sua marcha pela praia e regressa à igreja.

Ao fim da tarde começa, junto à igreja, o leilão das oferendas, nomeadamente dos frangos. E à meia-noite, um grande fogo de artifício marca o fim da romaria.

E O CULTO UNIVERSAL DAS ÁGUAS

Que significa o banho santo, como é interpretado pelos romeiros? Em S. Bartolomeu do Mar, como em muitos lugares do mundo, atribuem-se certas virtudes — purificadoras, protectores de malefícios, curativas e profiláticas — à água, neste caso à água do mar. O banho santo, no dia de S. Bartolomeu, é considerado um remédio específico contra males tidos como formas de possessão do Diabo: a epilepsia (ou o "mal sagrado"), o medo, a gaguez...



À espera do banho

Diz-se que o banho santo, até aos sete anos de idade, protege do medo; cura os que por medo não falam ou gaguejam. Mas também se atribui à água do mar um poder profilático geral. "Esta água é saúde", dizem; eromeiros de todas as idades molham os braços e as pernas na água do mar.

Diz-nos o etnólogo E. Veiga de Oliveira que, segundo a lenda primitiva de S. Bartolomeu, difundida pela acção dos conventos a partir do século XII, S. Bartolomeu, que andava na Índia, domina, acorrenta e depois solta e expulsa para o desterro o demónio que, através dos ídolos Astanoth e Berith, pretendia curar os possessos mas apenas os livrava momentaneamente do seu mal. Segundo a lenda, o santo começa a curar ele próprio os doentes, e tendo livrado a filha do rei Polemius da loucura de que sofria, este e a sua família e todo o povo pedem o baptismo. Numa outra versão, o rei Astrages, irmão de Polemius, vingase depois do apóstolo, mandando-o açoitar e depois esfolar vivo. Por isso, nas representações do santo (que conhecemos em Portugal já no século XVI), este figura com uma faca na mão, símbolo do seu martírio, e com o demónio acorrentado aos pés. Assim, S. Bartolomeu, no seu dia, cura os possessos e a sua acção completa-se com um banho purificador.

A lenda parece ter sido bem conhecida em Portugal pelo menos já no século XV. E como, em vários pontos do país, ocorriam outrora festas ou romarias em honra de S. Bartolomeu, entende V. de Oliveira que todas elas tivessem a mesma origem nessa lenda. Supõe no entanto que a cerimónia cristã se deve ter sobreposto a um rito anterior, de origem pagã, do culto das águas. E isto porque o banho santo está ligado não só ao significado cristão do baptismo, mas a um culto universal das águas, purificadoras, protectoras e regeneradoras. O banho santo representaria assim uma sobrevivência da antiguidade pré-cristã, as promessas de frangos uma prática medieval, a procissão, uma criação do século XVIII.

Sobre o culto universal das águas sabemos (1) que desde tempos muito remotos e nos lugares mais variados da terra, a água, sob todas as formas — fontes, rios, mares — tem desempenhado um



As famílias entregam as crianças aos sargaçeiros



O mergulho das três ondas



De volta à praia

papel considerado purificador, curativo ou protector. As notícias acerca de fontes sagradas e águas de poder profilático milagroso são numerosas entre grande parte dos povos europeus. Nos países católicos é corrente verem-se santos colocados em nichos nas fontes. Aliás, o costume de associar deuses às fontes era já costume pré-cristão: em Portugal existe, na cidade de Braga, uma fonte onde se vêem esculpidas duas figuras numa rocha de granito, representando uma o dedicante e a outra o deus da fonte; embora as inscrições latinas mostrem ser um monumento da época romana, o estudo das inscrições revela a origem céltica do deus.

O aspecto mais espectacular do culto das águas é o Banho Santo. Em certos dias do ano, grupos numerosos dirigem-se para certos rios ou praias assinaladas pela tradição. Nesses dias, a virtude sobrenatural das águas protegerá homens e animais de variadíssimos males, conforme o lugar da terra onde ocorre a tradição. Da antiguidade grega, encontramos várias referências a banhos rituais, sendo os mais notáveis os que ocorriam durante o período de iniciação dos adolescentes em Eleusis (3): os iniciados dirigiam-se solenemente a Eleusis na companhia dos sacerdotes. A população vinha ao encontro do cortejo e lançava sobre ele injúrias rituais. No terceiro dia, que era consagrado às purificações, os iniciados mergulhavam na água do mar.

Na Roménia, até há uns anos, no dia 6 de Janeiro era costume fazer-se a benção do mar e dos rios com cruces de gelo, seguindo-se o banho no mar e na neve. Da América do Sul sabe-se que os antigos peruanos costumavam banhar-se no rio que lhes ficasse mais próximo, repetindo esta fórmula: "ó rio, recebe estes pecados que não confessei sob a luz do sol; leva-os ao mar e que nunca mais apareçam!"

O baptismo cristão teve com certeza a sua origem em práticas de purificação usadas por estas religiões mais antigas. Em si, o baptismo não representava nada



Procissão atravessando a praia

de novo. Já o próprio judaísmo praticava abluções rituais em várias ocasiões, e S. João Baptista não se afastava nisto do quadro do simbolismo judaico.

Segundo J. Dias, o culto da água na forma de banhos santos ainda é (era?) praticado em alguns lugares: em África, na ilha de Madagascar; na Índia no rio Ganges...

Reflexões

As reflexões de E. Veiga de Oliveira e J. Dias ajudam-nos a situar e a compreender em parte as práticas e crenças populares de S. Bartolomeu. Estas práticas têm de ser vistas não só à luz da expansão do cristianismo (sendo este talvez o elemento menos importante) como à luz de práticas populares milenárias de povos e civilizações agrárias. O culto popular da água, que lhe atribui virtudes específicas, não transpõe simplesmente os nossos gestos e práticas quotidianas de lavar, desinfetar, limpar, com água? (Sem falar do facto de que a água representa, em muitos lugares, um bem precioso ou raro e é um produto essencial para o trabalho do homem). Mas é importante sublinhar outro aspecto e que recorda o meio rural em que nos situamos: trata-se de um ritual colectivo e como tal susceptível de funções sociais importantes: à força de um ajuntamento colectivo e de uma data, liga-se uma possível função de aglutina-

dor que desempenham ritos e gestos comuns como o banho santo, meios de integração poderosos de que as aldeias sempre se dotaram. No entanto, a aldeia não está agora isolada da sociedade envolvente; desenvolvem-se novas funções sociais. Refiro apenas uma: a romaria anual do banho santo constitui hoje para a freguesia de S. Bartolomeu do Mar uma das mais importantes fontes de rendimento.

Lisboa, Junho 1982

NOTAS:

(1) Antigamente, a prática dizia respeito a adultos e crianças; hoje, pertence essencialmente às crianças — E. Veiga de Oliveira, "A Romaria de S. Bartolomeu".

(2) Fonte: Jorge Dias, "Os Banhos Santos".

(3) Eleusis: cidade da Ática onde existia um templo dedicado a Ceres (deusa da mitologia grega que concedia aos homens os frutos do solo e principalmente os cereais).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, "A Romaria de S. Bartolomeu do Mar em Esposende", in *Cultura e Arte*, página cultural de "O Comércio do Porto", 1959.

CALLIER-BOISVERT, Colette, "Survivances d'un bain sacré au Portugal; S. Bartolomeu do Mar", in *Bulletin des Etudes Portugaises*, tome 30, 1969.

DIAS, Jorge, "Os Banhos Santos", in *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos*, vol. III, Porto, 1960.

NÔ DJUNTA MÔN PÁ ALFABETIZAÇÃO

ENDEREÇO

Falo de coisas urgentes
em forma de recado

carteiro trago notícias para todos
cartas falando de esperanças
dos teus sonhos agarrados como um fruto
cartas incentivas
cartas modelo
cartas com o selo do homem novo
que em nós amadurece
cartas com destinatário certo

cabo-verdiano
OSWALDO OSÓRIO



Miguel Horta

Uma noite de Abril, com a presença de Carmen Hunter (F.N.U.A.P.) reunimo-nos na Associação de Cabo-Verde, para conversar sobre um novo Projecto, a Luisa Teutónio, a Manuela Meneses, a Margarida Cardoso, a Filomena Viegas e o Jeremias de Carvalho.

Tratava-se do Projecto de Alfabetização e Educação Popular de Adultos das comunidades cabo-verdianas, na área de Lisboa, que está na fase de implementação. NÔ DJUNTA MÔN PÁ ALFABETIZAÇÃO (VAMOS JUNTAR AS MÃOS PARA ALFABETIZAR) — é o nome deste projecto.

Começámos por saber um pouco a história da Associação de Cabo-Verde, entidade directamente responsável pela coordenação do Projecto, e que conta desde o primeiro momento com a colaboração e o apoio da Embaixada e do C.I.D.A.C. (1) e ainda com um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian, recentemente concedido.

Considerando o elevado número de cabo-verdianos residentes em Portugal (cerca de 80% na área da grande Lisboa), é determinante a existência de uma organização que possa congregá-los em convivência permanente, assim como mantê-los informados e em contacto permanente com a realidade do seu País, através dos

vários meios disponíveis e possíveis. A ASSOCIAÇÃO DE CABO-VERDE existe com este objectivo: servir em Portugal os imigrantes cabo-verdianos. É uma Associação aberta a todas as comunidades cabo-verdianas e tem em funcionamento seis departamentos que prestam apoio a diversas actividades sociais locais.

O Projecto que actualmente se propõe desenvolver no campo da Educação de Adultos, surge, por um lado de uma identificação prévia das necessidades prementes de integração dos cabo-verdianos (nomeadamente no que respeita à falta de informação e de escolarização básica) e por outro lado, de uma reflexão que se foi fazendo sobre as práticas sócio-educativas desenvolvidas até ao presente em diversas comunidades.

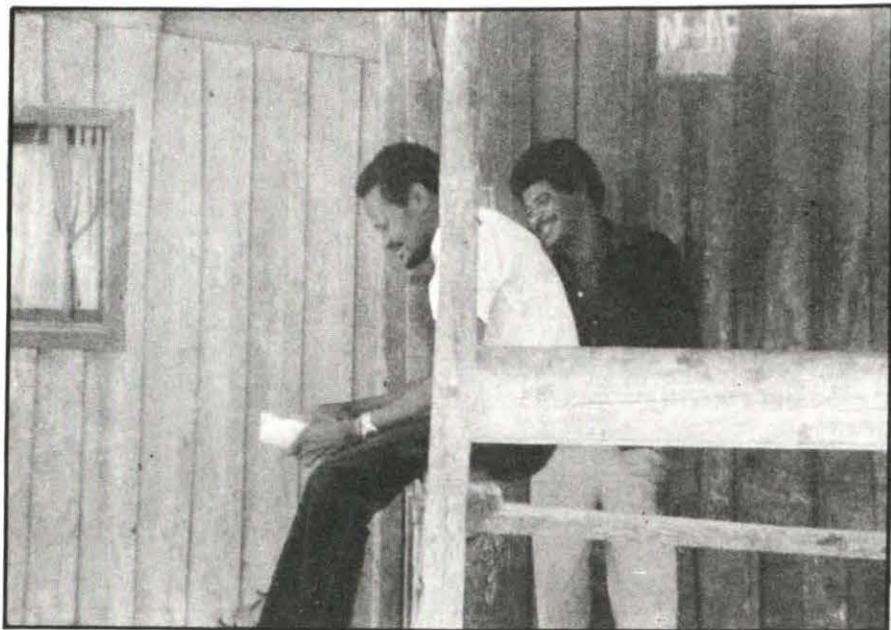
Falar um pouco desta experiência leva-nos ao período de 74/76 em que a Associação contava, então, com a militância forte e entusiasta dos estudantes cabo-verdianos, que iniciaram o processo de Alfabetização em várias zonas.

Embora o balanço efectuado sobre esta experiência não tenha permitido chegar a conclusões muito concretas quanto à via a seguir num futuro próximo, forneceu contudo um conjunto de questões, que demonstram as condicionantes da altura e que

simultaneamente apontam pistas para a criação de condições mínimas e indispensáveis a ter em consideração no lançamento e organização de um processo de Alfabetização e Educação popular.

A inexperiência neste campo de acção, a falta de apoio pedagógico, o esforço exigido aos Monitores em termos de deslocação para várias zonas, preparação de materiais, reflexão, etc., o facto de estes serem estudantes residentes temporariamente em Portugal e exteriores às comunidades, a consequente instabilidade em termos de continuidade das acções, os graves problemas constatados a nível das condições materiais de existência da população que exigiam soluções urgentes, o facto de se fazer Alfabetização em horário pós-laboral e numa língua praticamente estrangeira ou para uma população bilingue, foram algumas das razões que fizeram com que esta experiência, iniciada com muita força e com muito entusiasmo, obtivesse resultados práticos pouco significativos.

Em 1979/80 outras tentativas se iniciaram, e discutia-se então a aplicação da Filosofia e método de Paulo Freire, surgindo dúvidas quanto ao desencadear de um processo de aprendizagem pelo diálogo, que se centrasse no contexto da cultura cabo-verdiana de



origem, ou que inicialmente se situasse no contexto da situação presente dos imigrantes cabo-verdianos, centrando no aqui e agora, em torno dos seus problemas e necessidades de integração na cultura e na sociedade portuguesa. Sobre esta questão abordamos também experiências que outros países desenvolveram para os seus emigrantes.

Quanto ao Projecto actual da Associação, entre o primeiro esboço de projecto elaborado há cerca de um ano (para o qual foi pedida a colaboração do C.I.D.A.C.) e o momento presente da fase de implementação, era opinião de quem acompanhou de perto o processo, que se verificava, por parte do Departamento de Alfabetização, um conhecimento muito mais profundo das comunidades (pelas várias deslocações e acções pontuais realizadas) e uma visão muito mais clara, no que toca aos objectivos a atingir, através de uma intervenção planificada e coordenada, onde participam os vários Departamentos da Associação, para dar apoio às várias acções geradas pela dinâmica de um Projecto como este.

Foram já delineadas as grandes linhas de orientação do Projecto; Na primeira fase:

- Apoio às experiências de Alfabetização e Educação popular

em curso nos Bairros de Cabo-verdianos da zona da Grande Lisboa;

- Desenvolvimento de um Projecto-Piloto de Alfabetização, como processo gerador de outras acções, numa comunidade cabo-verdiana na zona de Lisboa.

Em Janeiro de 1983, prevê-se a realização do I Encontro de Alfabetização das Comunidades Cabo-verdianas em Lisboa, com a participação também de técnicos que, na República de Cabo-Verde, desenvolvem Projectos de Alfabetização, para troca de experiências e reflexão.

Constituem ainda objectivos do Projecto:

- a investigação de metodologias mais adequadas ao desenvolvimento de uma prática de Alfabetização em língua estrangeira, e em função de pessoas que, por diversos factores, vivem hoje em Portugal num futuro adiado, neste presente entre duas culturas e entre dois modelos de vida completamente diferentes (questões estas que ultrapassam de longe a dicotomia marginalização/integração);
- a produção de materiais pedagógicos específicos e adequados.

São preocupações fundamentais da Equipa de coordenação, no

desenrolar do Projecto:

- o levantamento/conhecimento mais profundo das comunidades cabo-verdianas. Quem são? Como vivem? Como se sentem e pensam? O que fazem? etc.;
- os Monitores — aponta-se sobretudo para Monitores Cabo-verdianos, residentes nas comunidades, de modo a facilitar o conhecimento e a relação com os participantes das actividades, que trabalhem com a comunidade e não para a comunidade; de modo a facilitar também a continuidade das acções;
- a participação activa e o empenhamento directo de todos os grupos que já têm alguma experiência e acções em curso;
- a interligação constante dos vários grupos, que possibilite uma formação contínua pela via da troca de experiências e da reflexão.

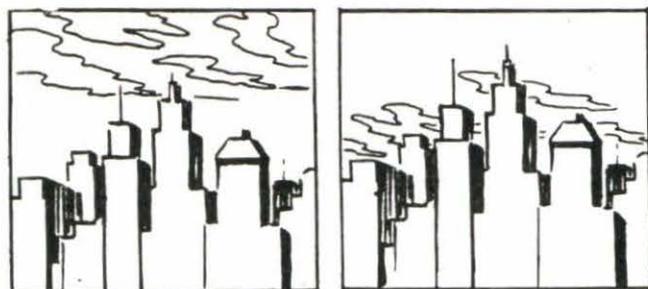
É mais um projecto que nasce e ganha forma no campo da cultura e da Educação Popular, é mais uma razão para nos congratularmos e dizermos que estamos desportos e atentos à divulgação.



Mariano Picarra

PARA ALÉM DOS CENÁRIOS

HISTÓRIAS PARA CONTAR



MARIA HELENA VINAGRE
PORFÍRIO ALVES PIRES

Num outro país, um dia construíram uma cidade nova. Pensada em termos de ruptura com o que habitualmente se fazia no género, pretendeu-se quebrar a monotonia dos edifícios concebidos como cubos. Sabia-se que as fachadas lineares, de janelas idênticas e repetitivamente alinhadas, iguais a elas mesmas nas quatro faces e repetidas nos cubos da frente, são arrasantes de monotonia. Nem sequer, de fora, se pode dizer: a minha casa é aquela. É necessário ir à janela e acenar com um grande lenço de cor garrida para que toda a gente saiba que ali ele mora, por detrás daquela janela. De resto, a gente é tanta que a ninguém interessa onde ele mora. E depois, esses pilotis portadores da finalidade de libertar espaço ao solo, não libertam nada: criar espaços vazios de sentido, inúteis aos indivíduos a correr para o centro urbano; a correr adormecidos mentalmente perante a torrente informativa dos **mass média**, sem tempo nem vontade para gozar as cidades que nunca serão "radiosas".

Resolveu-se paliar os inconvenientes: localizou-se a nova cidade junto à auto-estrada, encurtando os percursos para os locais de trabalho; acabou-se com os pilotis e reduziu-se o número de andares por prédio; evitaram-se as geometrias solenes e as organizações espaciais rectilíneas. Os edifícios cresceram serpenteando em

curvas elegantes, definindo praças, transitando suaves de um espaço para o centro, obtendo relações volumétricas discretas, conduzindo a gradações sensitivas sempre diferentes. A maneira cuidada como a nova cidade foi pensada, ia ao ponto de, nas fachadas, diferentes tonalidades coloridas, sabiamente combinadas, acentuarem características espaciais e diluam outras, traçarem harmoniosos gestos coloridos. Quase se podia dizer: o meu quarto é aquele, da janela que tem metade ocre-acinzentado (o lado da cama onde dorme a minha mulher) e a metade cinzento-

azulado (lado onde durmo). E a praça onde eu moro é a dos choupos, que o tipo chato que encontro no autocarro, sempre a espirrar, mora naquela dos pinheiros.

No centro da nova cidade, longe do tráfego das viaturas, no recato, fez-se uma praça para as crianças brincarem. Habilmente modelada, com altos e baixos, cumes arredondados e concavidades suaves, labiríntica mas apaziguante — o todo revestido de paralelepípedos (que sobraram de Maio 68).

Os tipos que fizeram o projecto, com as famílias, crianças incluindo, e uma porrada de amigos, foram à nova cidade e tiraram



quantidades de retratos, simulando a futura vivência naquela cidade diferente.

Depois construíram um muro muito alto, por causa do barulho ensurdecido do tráfego na auto-estrada. Depois, dos outros inconvenientes de menos importância, disse-se que não tinham importância.

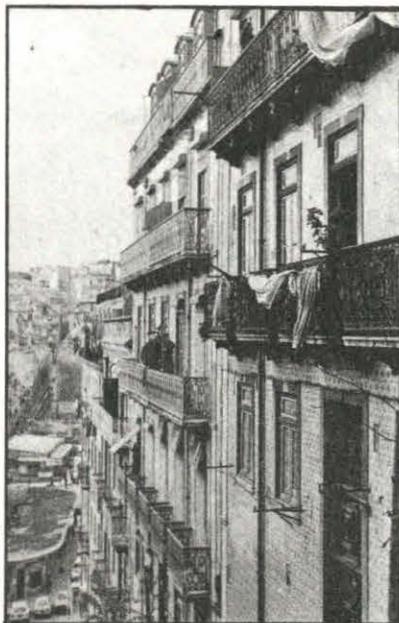
E depois, a cidade ficou como as outras, com pessoas a irem para os mesmos trabalhos, comer os mesmos enlatados, perante a mesma televisão.

A cidade diferente, era, de facto, igual.

No nosso país, construíram dois prédios horríveis, sem pilotis sequer. Foram construídos com um mínimo. Eram brancos acinzentados, com acabamentos mal acabados. Era uma operação de realojamento de habitantes de uma zona degradada.

Então os gajos foram-se à fachada (quem sabe o que aconteceu no interior!) e instalaram cordas para a roupa, penduraram vasos com flores e hortelã e salsa, o presunto a secar a humidade ao sol, praticaram sistemas expeditos de comunicação exterior, pintaram as fachadas com as cores que melhor ficavam a cada interior. Foram-se à rua, que a municipalidade ainda não alcatroara, e plantaram couves mais feijão verde. Em pontos estratégicos puseram ferros arqueados como arcos do triunfo que depois ficaram vegetais com trepadeiras a descer e a subir. Depois, os putos fizeram da imaginação por todo o lado campos de jogos.

E foi assim: os dois prédios, miseravelmente iguais a tantos outros, ficaram, de facto, diferentes.



Mariano Picarra

POLÍTICO PRIVADO PÚBLICO PRIVADO COLECTIVO PRIVADO PRIVADO



Mariano Picarra

"e a ver se temos tempo e corpo antes que este Sol, já morto, nos mude o respirar."

Num princípio era um jogo das escondidas entre as palavras da praça e da rua e a vida da casa, de todos os lugares, todos os dias, todo-o-dia.

E havia quem dissesse "a minha política é o trabalho" para não pensar demais nem na política nem no trabalho. E havia quem sentisse o difícil equilíbrio entre as Grandes Palavras e a compreensão/mudança do que primeiro abafa e incomoda: as pequenas palavras, falas quotidianas, peso no peito, ruga nos olhos.

Depois vieram falas cruzadas de gerações outras, e desconfiou-se que havia uma explicação qualquer, que tudo se liga, poder e trabalho, praça e prazer, casa e corpo e morte e tudo. Também que

desenrolar tais novelas pode ser tão primeiro como cortar nós.

O desenrolar pareceu fácil, fazer de Grandes Palavras chaves, possível mudar o todo-o-dia mudando o dia de todos. Mas mesmo dentro de cada um havia armadilhas e cansaços.

Pouco a pouco, a gente foi outra, e a vida também se foi tornando noutras, e àquilo a que não muito antes se respondia "quanto?" já se reagia "como?". E nisto há a diferença destes mundos.

Mas ainda para falar de si (o que se foi fazendo cada vez mais e em toda a parte) todos se repunham um passado, como a mulher "que foi menina", o homem "que foi o 314 do Batalhão X"... aquele que é

"ex-", porque assim se define, ou (ainda) apenas se encontra assim.

E mesmo esses marulhos de palavras, gestos e sonhos se desfizeram; muito devagarinho desenharam-se falas novas, mas que pareciam estranhamente costumeiras. A gente começou a girar, cada vez mais depressa, sem falar do Poder, à volta da Felicidade, da Festa, do Amor... e de tudo o que a eles se prendia, de coisas tão distantes como os horóscopos, os festivais e as discotecas, até aos jornais de repente com muito espaço para desporto, sortilégio, pequenos anúncios de magos e solitários, festas e feiras, multidões de pequenos factos mais ou menos incríveis, mais ou menos anódinos...

Para alguns, tratava-se de um recuo à casa-fechada-ao-resto, ao privado desligado do seu sentido político, colectivo.

Outros sentaram-se e olharam-se: talvez que fosse o próprio poder que (também) assim se reflectia, outra face. Que nessas falas tão íntimas, tantas vezes riscadas a lápis grosso, houvesse uma procura do "como?" de outros rastros.

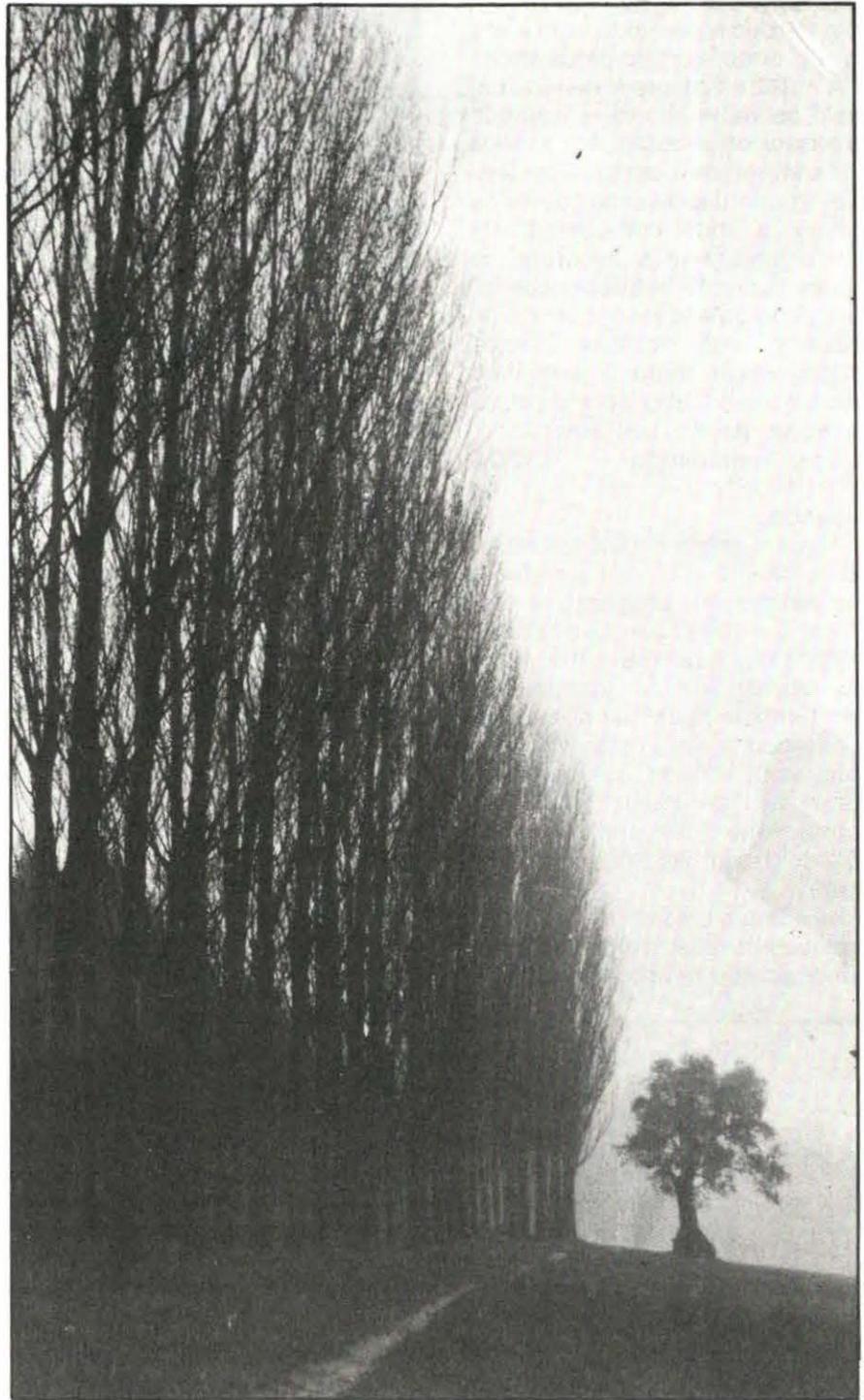
Mesmo quando em silêncio, este olhar-em-si não é tranquilo. Move-se.

Num principio, era um jogo de escondidas... Os outros dizem e a gente fica a pensar:

"(...) Estas segundas características (...) também é verdade que conduzem a uma visão menos dogmática na coisa pública, a juízos pertinentes sobre o mérito dos problemas e mais severos para aqueles de quem se esperaria que os resolvesse."

E. della Loggia, *"La Crisi del politico"*, in *"Il trionfo del privato"*, Laterza 1980

"Então abaixo o 'refluxo'! (admitindo que tal existe em alguma parte, nos comportamentos e nos espíritos). Mas viva o quê? (...) Qual é o 'fluxo', para continuar com esta terminologia psicodinâmica, ou seja a onda, a torrente, o 'movimento' no qual acreditar, em que confiar, para o qual concorrer? Estou com os que suspeitam que o refluxo é apenas um concei-



Mariano Piçarra

Para alguns, tratava-se de um recuo à Casa-Fechada

tozito em moda, não um fenómeno consistente, e que no fim de contas não é uma regressão mas antes uma reacção de defesa (...) Como dizer sem perifrases que as propostas, as posições, as técnicas, as linguagens, os ideais que as políticas dominantes nos procuram e oferecem (ou **não** nos ofere-

cem de facto), se revelaram caixas vazias, coisas exangues, insensíveis a todas as técnicas de reanimação e indispensáveis para qualquer rejuvenescimento."

Luigi Pintor, *"Il Manifesto"*, Abril 1980

"A festa (...) é parte essencial da civilização tradicional, fundamen-

O FOLCLORE

UMA PRÁTICA CONCRETA DE TRABALHO

O velho harmônio toca de um som já rouco, parecido com a voz do seu dono, curtida pelos anos.

A música é alegre e, na eira, um casal de velhinhos vai ensaiando os passos de uma dança que todos nós admiramos, com a maior atenção. Pouco depois, não são só os velhos, a roda compõe-se. Os jovens juntam-se e um grupo de idades bastante heterogêneas vai dançando uma vasta sequência de músicas, que noutros tempos faziam vibrar tanto a juventude como hoje o diabólico som disco da boite. Assim, uns ensinando, outros aprendendo — **TODOS APRENDEM** — vai a roda andando.

Alguém anota a letra das músicas e mais uma ou outra história, que sempre vem enquanto se descansa. E eis que aparece o homem da cana rachada, que num ar tinha ido fabricar o seu instrumento para também participar na festa. O acordeonista, orelhudo, nota a nota, som a som, vai tentando aprender as músicas que o homenzinho toca habitualmente no seu harmônio, ou até numa flauta.

Há sempre uma velhinha simpática que nos mostra o rico fato que usava no seu tempo. Houve uma



Mariano Piçarra

família que acedeu a emprestar-nos um fato de romaria, feminino, com mais de 150 anos, para nos servir de modelo.

O QUE É UM RANCHO FOLCLÓRICO?

PARA QUÊ UM RANCHO FOLCLÓRICO?

Alternativa muitíssimo salutar para um problema da nossa Socie-

dade que muita tinta tem feito correr:

• A OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

Actividade cultural, recreativa e desportiva, pois exige uma preparação física bem cuidada. Há ainda uma série de afirmações acerca do papel desempenhado por uma agremiação deste tipo, que eu poderei arriscar:

POLÍTICO PRIVADO PÚBLICO PRIVADO COLECTIVO PRIVADO PRIVADO



Miguel Horta

talmente camponesa. (...) a festa na nossa cultura urbana e capitalista descambou em divertimento (...) E no entanto fez-se uma outra cultura da festa, e encontrou afirmações tradicionais nos últimos anos (...) É um facto a invasão colectiva do espaço urbano (...) É certo, porém, que esta grande rotura da boa educação ocidental, para quem o espectáculo-cultura exige silêncio e passividade, enquanto a festa-divertimento é vaga e ritual, tem uma grande

carga libertadora e inovadora, que exige uma capacidade de projecto por parte de administradores e 'artistas' muitas vezes superior às suas forças."

Ugo Volli, "Mode, modi, modelli", in obra citada

"E eu? (...) É só porrada e mau-viver? (...) Eu sou parvo ou quê? (...) Quero ser feliz agora!"

José Mário Branco, "FMI", 1981.

- Criar nos seus elementos espírito de gregarismo, cooperação mútua e responsabilidade;

- Levar as pessoas a trabalhar num campo ainda não muito explorado no nosso País — "A ETNOGRAFIA";

- Manter uma cultura, que corre o risco de perder-se;

- Levar ao maior número possível de pessoas, o sentimento de que o folclore é nosso e todos nós fazemos parte dele. Assim, criar uma alternativa ao excesso de cultura importada;

- Contribuir para a criação de relações entre os jovens da geração actual que tende para a não-comunicação;

- Criar cultura: criar novas danças e cantares, novos ritos, novas tradições;

- Manter a sucessão do "RITO".

Que máquina seria o homem se todos os ritos acabassem?

COMO CRIAR UM RANCHO FOLCLÓRICO?

Condição indispensável: pessoas interessadas em participar. Extremamente difícil de encontrar.

Eu, que assim falo, tudo fiz para fugir à participação no grupo que hoje integro e que por nada deixarei.

É, de facto, necessário aprender a gostar de folclore, é necessário estudá-lo, conhecer a sua razão de ser, a sua origem, mas sobretudo vivê-lo. Não só olhar à sua forma mas também ao seu conteúdo. Sem isto, nada feito; aliás, como pode um analfabeto recrear-se com a leitura?

Depois de resolvido este pequeníssimo problema, vamos à definição dos objectivos do nosso trabalho:

- 1) Tocamos e dançamos músicas mais ou menos antigas, encontradas em livros, revistas ou ensinadas por um ensaiador;

- 2) Lançamo-nos num trabalho realmente válido e apaixonante:



fazemos um levantamento etnográfico de uma zona previamente escolhida.

A necessidade desta 2ª hipótese far-se-á sentir mesmo que escolhamos a 1ª e ela nos leve posteriormente a estudar algo sobre folclore.

UMA HISTÓRIA

Como complemento, nada melhor do que a história da criação de um rancho folclórico, por

acaso aquele a que pertencemos. Esta pequena narrativa publicada in "O ALVAIAZERENSE" (Mensário Regional) deixará transparecer como um grupo folclórico pode ser um embrião dinamizador de toda uma zona:

"...O tipo de agricultura desta região, que indústria não há, é de subsistência, não satisfazendo de modo algum as necessidades crescentes das populações.

Daí as emigrações, inicialmente internas (as curas, as vindimas, a



apanha da azeitona, etc.) e, mais recentemente, a emigração, o estrangeiro — a França.

Diversões, manifestações culturais, nem falar!

Um copo na 'Taberna do Zé' é o entretenimento a que não foge a maior parte das festas religiosas da zona.

Parece-nos, no entanto, que chegou a hora de dizer: 'BASTA!

Queremos ir mais longe!'

Um primeiro passo já foi dado há algum tempo: a criação do Rancho Folclórico 'LÍRIOS DO NABÃO'.

Foi em 1976 que se resolveu lançar mãos à obra. Convocaram-se então algumas pessoas e expuseram-se-lhes as ideias. Todas estavam de acordo, havendo mesmo um senhor que,

tendo sido, em jovem, elemento de um rancho, se dispôs a ensinar o que aprendera.

Além do apoio humano, faltava ainda um suporte monetário que permitisse construir o centro cultural, local de ensaio do rancho e de realização de actividades afins. Para isso formou-se uma comissão que ficaria encarregada de promover as festas de angariação de fundos.

Deliberara-se, entretanto, que a festa dedicada ao projecto se realizaria no 2º Domingo de Agosto, além das festas em honra do Padroeiro da Aldeia, S. Jorge, que têm lugar a 23 de Abril de todos os anos.

Mas como todos os grandes projectos deste País, também este foi boicotado.

Sem desistir ante as dificuldades, procuraram-se novos caminhos.

Nova reunião foi convocada, esta de jovens, aos quais se voltou a expor o 'Sonho' que continuava irrealizado.

Com o entusiasmo que lhe é próprio, a juventude aderiu sem olhar atrás.

Apesar de tudo, os problemas não acabaram:

- Era a falta de fundos indispensáveis para o arranque e manutenção de qualquer projecto;

- Eram os Pais que não deixavam sair os filhos de casa para ensaiar à noite;

- Era a falta de um local de ensaio, pois tendo-se batido às portas de alguns Senhores da terra, pedindo a cedência de um salão disponível, sempre isso foi negado.

Foi, finalmente, encontrado um barracão electrificado, que tem servido, desde então até agora, para os ensaios que se realizam à noite, pois todos os elementos do Rancho são trabalhadores.

Depois de formado o Rancho, era necessário arranjar os trajos para as actuações.

Inicialmente as raparigas vestiam saia preta com fita vermelha, blusa branca e lenço preto às flo-

O FOLCLORE

res; os rapazes actuavam vestidos como podiam: calça, colete e camisa branca. Só em 1979 o Rancho passou a vestir conforme a tradição da terra:

- As raparigas: saia de riscadi-lha e blusa cintada, de várias cores, bordada a pergaminho;

- Os rapazes: camisa branca, calça preta e colete.

Falemos agora das danças que são a 'VIDA' de qualquer rancho.

Não se pode afirmar que no início 'LÍRIOS DO NABÃO' tenha sido um rancho genuinamente regionalista. Com efeito, as danças executadas eram originárias de diversas regiões do País. Alguém notara, entretanto, que o rancho se ia desviando dos objectivos inicialmente propostos: pretendia-se que fosse, efectivamente, representativo da região.

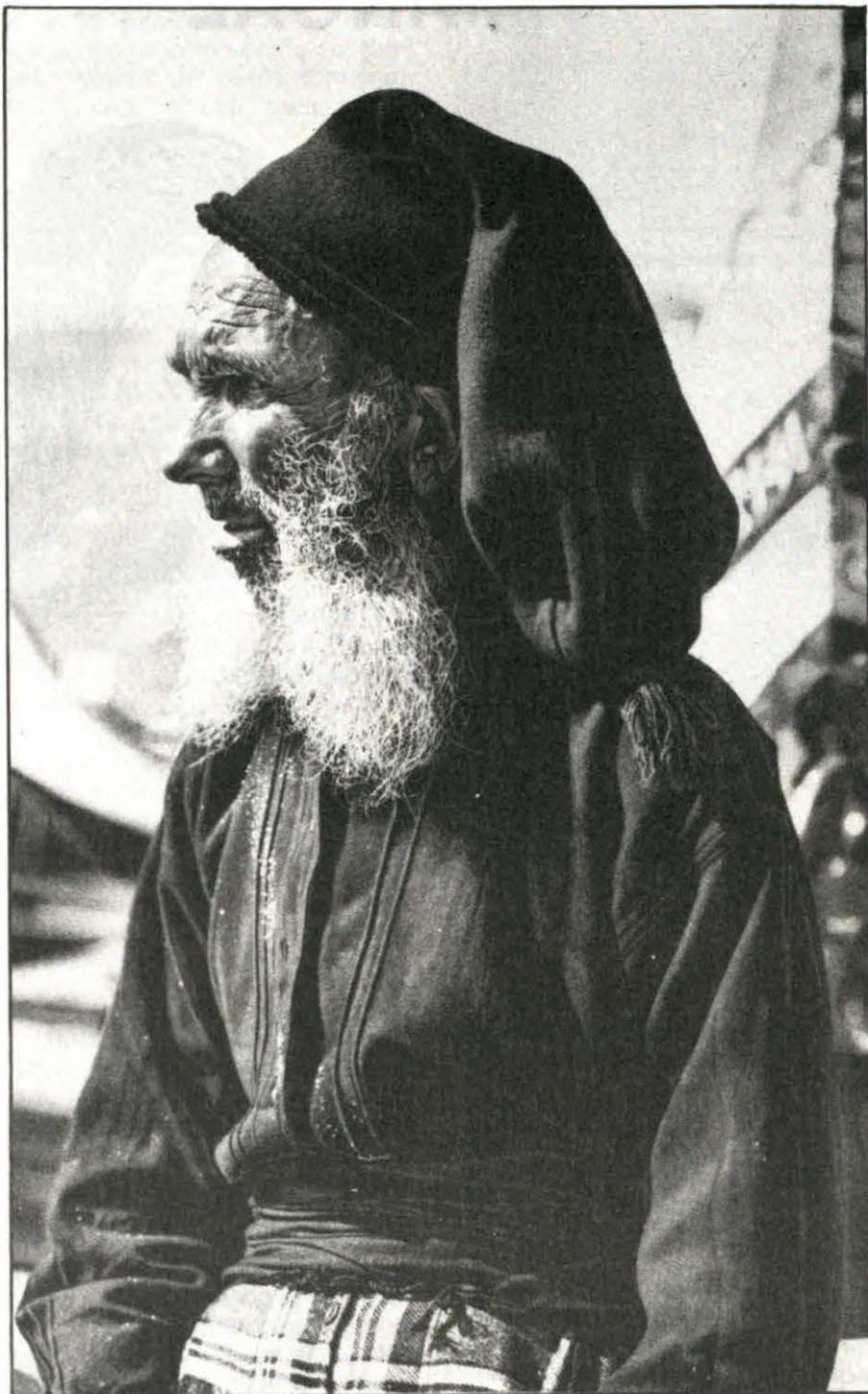
Foram, por isso, iniciadas prospecções e recolhas de músicas e danças a nível regional. As danças iniciais foram abandonadas." ... "O rancho foi apenas o embrião de qualquer coisa maior que queremos construir. Tem uma existência oficial de quase um ano. É a Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão (ACRVN), com sede em S. Jorge. Pretende englobar toda esta zona localizada nas margens do Nabão..."

ENFIM...

Aqui estão as bases lançadas. Como em todos os casos, a vontade e determinação de um grupo (pequeno ou grande) de indivíduos, pode levar à realização de uma obra considerável.

A recolha das nossas músicas e danças foi feita exclusivamente na nossa zona e de uma forma bastante directa:

- Deslocamo-nos às pequenas aldeias e pedimos às pessoas mais velhas que nos recordem as danças e cantares do seu tempo. Explicamos-lhes para que queremos aprender, e, alegremente, todos os mais idosos da terra se põem a tentar dar os saltitos das



danças cuja interpretação lhes faz ainda brilhar o olhar.

Assim foram as primeiras recolhas feitas.

Agora, o Rancho é conhecido na zona. Todos sabem qual o objectivo do nosso trabalho, e não é raro sermos visitados por pessoas mais ou menos idosas, principalmente do sexo feminino, que nos vêm ensinar uma "nova"

música, contar mais uma história ou oferecer uma peça de vestuário que herdaram de algum antepassado.

Folclore é também criar e assim também nós criamos novas músicas e danças, que por serem recentes não são menos bem aceites por todos, inclusivamente os mais idosos.

FIOS CRUZADOS SOBRE TECELAGEM MANUAL



(Entre o passado e o presente)

Marias da minha aldeia
todas vós sabeis urdir
dum certo linho uma teia
onde todos vão cair

TEIXEIRA DE PASCOAES

A pequena aldeia do Penedo nasceu na encosta da serra de Sintra.

Entra-se na aldeia caminhando a pé. Uma chuva miudinha vai refrescando a terra e o silêncio dos campos, entrecortado pelo cantar dos pássaros, acolhe-nos à chegada.

Por ali algures, entre as casas brancas, numa mercearia que ainda vende um pouco de tudo, às horas em que nos faz falta qualquer coisa, descobrimos junto à balança um cartaz que anunciava uma exposição de artesanato próximo do largo da igreja.

Deixando para trás a mercearia e subindo um pouco mais pela encosta, chegamos ao largo da igreja. No centro do largo ergue-se ainda o velho coreto, mudo e solitário, mas conservando ainda a sua dignidade dos dias de festa e a lembrança de outros tempos. Em

frente a igreja fechada, atrás o charafiz e um simples cruzeiro de pedra, e do lado esquerdo, numa casa caiada de branco igual a tantas outras, lá está a exposição de artesanato.

E todos os fins de semana a aldeia se anima, como espaço de encontro, a encruzilhada de quem se interessa por estas coisas. E são tantos: os que fazem cerâmica, batik, tecelagem, construção de teares, recolhas de hábitos e costumes, rituais festivos e religiosos tradicionais, etc; ainda os que, escolhendo o campo, vêm de fora em busca da última casa da aldeia para habitar.

Foi aqui que um dia viemos parar um pouco por acaso (ou simplesmente para comprar pão, na tal mercearia) e foi aqui que começámos a conversar e a refletir sobre a situação do artesanato no nosso país e do que se vai

fazendo para que ele continue vivo.

Desta vez a exposição era em torno da tecelagem manual e da construção de teares. Os trabalhos expostos e toda a organização da exposição eram da responsabilidade da ANA GONÇALVES e do ORENZIO SANTI. Havia na sala de entrada uma manta colcha, noutra sala estudos de cor e peças de pano do Orenzio, ainda um desenho da Ana ao tear e outras peças da Ana: toalhas, mantas em algodão. Na sala ao lado, toalhas, sacos, aventais em algodão e almofadas e pano para estofos, tecidos em algodão e juta feitos pela Ana, a um canto duas miniaturas de teares construídos pelo Orenzio. Não é possível descrever em pormenor as peças sem que elas percam parte do seu valor e da sua beleza. Não há como vê-las, tocá-las para as

descobrir. Passando os dedos por elas se descobre que são agradáveis ao tacto, macias, feitas à medida do homem, com tempo e com gosto. Bem ao contrário das fibras artificiais, produzidas em série, para usar e deitar fora, porque no ano seguinte a moda impõe novos padrões, novas cores, novas formas.

Nas paredes, um texto que introduz a exposição e que nos fala da situação da tecelagem manual hoje; fotografias de uma recolha feita em várias aldeias do norte do país, ilustrando o ciclo do linho, alguns instrumentos de trabalho e tecedeiras já idosas a trabalhar, são sinais que nos falam das preocupações dos autores em ir à origem das coisas, descobrir e compreender os processos tradicionais, para poder continuar e recriar esta arte.

E QUEM FALA NA TEIA NELA SE ENLEIA...

A exposição do PENEDO, foi ponto de partida para uma troca de ideias sobre tecelagem e sobre o trabalho que a ANA GONÇALVES e o ORENZIO SANTI estão a desenvolver.

Em plena época industrial, mãe dos teares mecânicos e dos fios sintéticos, e no limiar da revolução-pós-industrial, onde uma enormíssima capacidade de armazenar e processar dados vem dar às mãos um alto valor de estimação, enquanto utensílios de raro emprego, em tal cenário, recuar até aos hábitos antigos, reconstruir os velhos teares, reinventar a arte da tecelagem, como o fizeram a ANA GONÇALVES e o ORENZIO SANTI, é um acto de desassombro.

E esta coragem cultural de salvaguardar a arte artesanal é uma opção e uma atitude assumidas por estes jovens artistas, que explicam, com simplicidade, as razões que os levaram a ligarem-se à teia e aos teares. **"Comecel a estar em contacto com os fios e a ficar presa"** — é desta forma espontânea que Ana Gonçalves nos leva até à origem do seu gosto pela criação de tecidos. O Orenzio Santi teve no ambiente familiar o

local onde começou a ficar fascinado pelo funcionamento dos teares, "depois de vê-los trabalhar tento criar novos, com maior rendimento".

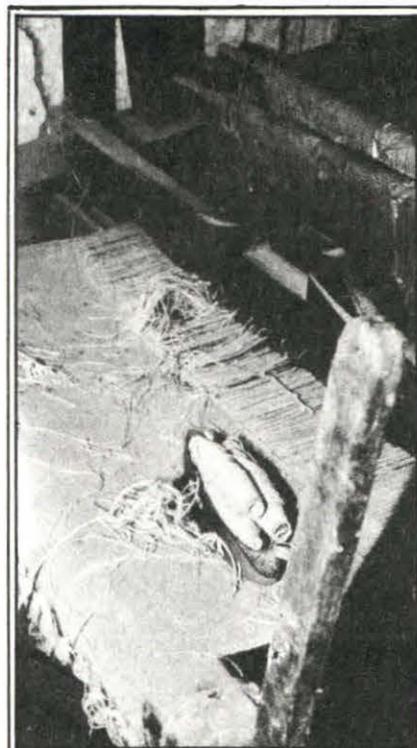
Ambos prosseguem o mesmo objectivo, mas com duas sensibilidades diferentes na forma de conceber o acto criativo. Ana Gonçalves, de olhar arguto e voz segura, explica sugestivamente: "não tenho propriamente uma definição de tecelagem... às vezes lanço a teia com umas bobines que tenho à mão e a partir daí procuro ver os resultados e tirar conclusões". Outro processo é seguido pelo Orenzio Santi: "geralmente planifico o meu trabalho antes de o executar, faço projectos, estudos de cor e dos tecidos, trabalho o mais organizadamente possível, porque necessito de criar uma organização que depois me permita a qualquer momento variar".

Duas formas de criar deram corpo à exposição de tecelagem manual, que constitui um processo de intervenção sobre o real que não pode nunca dar-se por concluído. Trata-se mesmo, para os seus autores, de um projecto incessantemente recomeçado.

Porquê retomar o processo da tecelagem? "A tecelagem manual, que em Portugal tem uma tradição importante, está ligada ainda hoje, nalguns recantos perdidos, ao ciclo do ano agrícola. O progresso fez com que a produção caseira de tecidos perdesse gradualmente o seu significado. As populações, cansadas de trabalhar num circuito fechado e necessariamente autosuficiente, vivendo por vezes graves privações, deixaram-se fascinar pelo aliciante desenvolvimento".

Embora a situação seja esta, "a tecelagem manual é viável como arte e como profissão" — assim nos afirma o texto da exposição.

Mas, no caminho que leva ao encontro desta arte tão tradicional, aparecem alguns obstáculos: "é óbvio que, se o têxtil industrial prossegue o seu caminho ligado, em grande parte, à alta costura e ao pronto-a-vestir vinculados a um fenómeno sócio-cultural tão



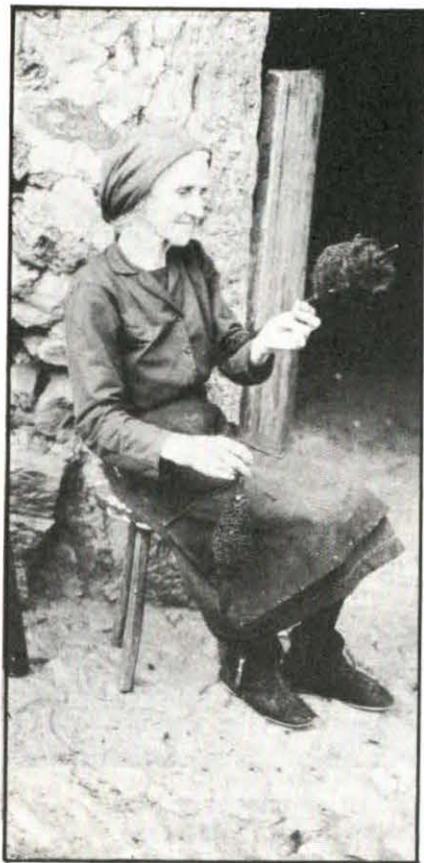
Mariquinhas tecedeira
tem o tear e não tece
certo é que tem amores
ou o tear lhe aborrece

POPULAR
QUADRA DE UMA CANÇÃO
POPULAR

importante como a moda, o têxtil manual, esse, já está banido do horizonte do português cidadão, significando apenas mantas de trapos, mantas-alentejanas, toalhinhas, ou outros artigos têxteis que tenham algum aspecto rústico".

Neste salto para o futuro com uma arte enraizada no passado, em que consiste afinal a proposta da Ana e do Orenzio, quanto à viabilidade da tecelagem manual?

"A tecelagem manual que propomos é uma diversificação, em termos de oferta, de um conhecimento de base tradicional; é uma proposta que pretende ser alternativa ao mundo têxtil fabril em criatividade e personalização de toda a produção. Apoiada numa divulgação consciente e uma maior facilidade de aquisição de matérias-primas e utensílios, esta proposta poderá vir a ter continuidade junto de inúmeras pessoas que desejariam apostar na tecela-



gem manual tal como nós tentamos defini-la".

PELO FIO SE VAI AO NOVELO

Quando se começa a cruzar os fios, surge a teia — prova de que a tecelagem manual, de uma certa maneira, não está morta, vai sobrevivendo apesar da indústria têxtil. E basta começar a falar destas coisas, porque lá diz o velho ditado: "pelo fio se vai ao novelo"...

Soubemos também, através da Ana Gonçalves, que no Cacém existe uma pequena oficina de tecelagem manual. E sobre ela há um filme. Assistimos também à sua projecção na Escola António Arroio. E cabe aqui dizer que a Ana e o Orenzio, para além das suas actividades de carácter mais pessoal, são também professores de têxteis na Escola António Arroio. E a sua actividade de pesquisa prática surge dentro e fora da Escola.

Falando um pouco sobre o filme, a oficina do Cacém é um empreendimento de carácter familiar, mas também escola de tecelagem para novos aprendizes

desta arte. Ali trabalham adultos, jovens e crianças.

Actualmente numa barraca de dimensões reduzidas e bastante precárias, funcionam já cerca de 12 artesãos.

Ali se transformam os trapos, desperdícios da indústria têxtil, em mantas, sacos, tapetes e alforjes.

A maior parte da matéria-prima, o trapo, vem das fábricas do Minho.

Devido às condições precárias das instalações, uma parte significativa do trabalho é realizado na rua, ao ar livre, no meio do campo, numa paisagem agreste, entre pedras, terra e ervas.

É o cortar do trapo, o enrolar e o ensacar das peças já prontas. Só a tecelagem propriamente dita é que é feita dentro das instalações onde estão montados os teares.

A grande maioria das peças destina-se à exportação.

A oficina começou a funcionar há cerca de quatro anos, com muito esforço e muita vontade de que esta arte não se perca. Hoje já tem 5 teares e, mesmo assim, o seu responsável afirma que "não dá para pagar ordenados". No entanto, ele faz projectos para o futuro e, sem abdicar da arte manual, pretende melhorar os utensílios de trabalho tornando-os mais rentáveis, e ampliar as instalações.

Depois, soubemos também que um bairro suburbano de Lisboa — o Bairro 2 de Maio, na Ajuda —, possui numa cave de um prédio um pequeno atelier de tecelagem manual, onde um grupo de mulheres produz mantas de trapos. A iniciativa nasceu dentro do bairro, a par da criação de outros ateliers como o corte e costura e a carpintaria, e inicialmente pediram ajuda ao tecelão do Cacém para montar o atelier e aprender a arte.

São estas algumas das vias que se abrem à continuidade da tecelagem, hoje: a pequena oficina familiar, um atelier de um grupo de mulheres de uma zona, ou a aprendizagem ligada ao ensino oficial, como é o caso da Escola António Arroio.

No entanto, ficam de pé ques-

tões como: a aquisição das matérias-primas tradicionais, o destino das peças, a utilização caseira, a comercialização, a exportação, etc..

Se, na sua origem, as peças eram produzidas por mulheres, a par de tantas outras tarefas domésticas não remuneradas, constituindo assim um valor de uso, na sua dimensão mais ampla, onde a durabilidade estava patente, e é esta que permite integrar as coisas e as pessoas que as utilizam, já que o tempo permite criar laços, amar as coisas, chegar a gostar delas, para além da "funcionalidade"; se o ciclo do semear ao fazer e usar a peça se completava nas mesmas mãos, noção que se vai perdendo... quando se compram hoje as coisas acabadas em supermercados; hoje, os critérios de valor não são os mesmos: o que predomina é o ritmo veloz da produção, a quantidade de peças produzidas em tempo X, a rentabilidade, o lucro.

No entanto, coexiste ainda na cabeça de alguns um certo amor aos vestígios de uma cultura e de uma sociedade organizada de um modo diferente, a valorização de outro tipo de trabalho, a qualidade das peças, o carácter de diversidade, a arte ligada ao quotidiano. Só que a produção e a utilização nos aparecem hoje de forma bem distinta... ou seja, os que continuam a produzir artesanalmente por gosto e por amor à arte (para que esta não se perca) mas raramente para uso próprio, ou muito pouco com esse fim... e os que utilizam comprando e são normalmente os turistas, ou quem de algum modo possui poder de compra. As peças artesanais passam, assim, a ter um valor de troca, sendo adquiridas ao preço da arte, possuindo na maior parte das vezes mais um valor decorativo do que utilitário.

Por outro lado, constata-se que as matérias-primas encarecem brutalmente, que o modo de produção dominante é outro, que os artesãos mais velhos vão desaparecendo e os apoios são raros.

É neste quadro que se move o futuro da tecelagem.

DAR TEMPO AO TEMPO

CARLOS FRAGATEIRO

Assistimos efectivamente a um momento de refluxo do Movimento Associativo e Cultural. Aquele que se conheceu nos Encontros das Associações já não existe. Um outro está em gestação. Uma outra prática, uma outra ligação ao quotidiano, uma outra intersecção com os desejos e anseios das pessoas.

Avançar ou querer avançar com o quarto Encontro das Associações é não mais fazer do que o enterro dos anteriores e impedir que esta nova prática possa nascer pelos seus próprios meios. As dinâmicas interiores não se aceleram com atitudes voluntaristas que, por vezes, não mais representam do que a vontade expressa ou latente de quem vai pensando a prática cultural numa certa maneira, com um certo estatuto.

Se o erro é trajecto essencial de qualquer percurso, insistir em demasia no erro pode transformar-se num vício e tornar as nossas práticas numa sucessão de erros que irão necessariamente ter reflexos negativos profundos.

Ainda pensamos que as dinâmicas surgem de cima, desligadas das realidades concretas, da sua vida, dos seus recuos e avanços, da sua força. Daí o propor-se que mais um Encontro das Associações seja lançado da maneira que se propõe.

Fazer as coisas desta maneira é, ainda que na prática digamos contestar os métodos tradicionais de aprendizagem, transferir esses métodos arcaicos para a acção cultural. É fazer o papel do professor que sabe que é necessário avançar com determinadas matérias e as impinge às crianças sem se preocupar minimamente com aquilo que no momento mais as desperta.

O aparecimento das novas práticas culturais é resultante de um processo longo que acompanha a própria transformação das menta-

lidades. É a consciência real da superficialidade duma prática espectacular, impositiva, da necessidade de reflectir em cada momento os vectores da nossa acção, a sua real capacidade de transformação.

Por isso cada vez mais defendo que as coisas têm um tempo pró-

prio, que esse tempo sairá das necessidades concretas com que o desenvolvimento da acção cultural se confrontará, da consciência dessas necessidades e do desejo de as ultrapassar. Só aí um novo Encontro terá razão de ser.

Antes é perfeitamente extemporâneo.



"Assistimos a um momento de refluxo"



"As coisas têm um tempo próprio"

A ANIMAÇÃO TEATRAL EM MARCHA-ATRÁS

Será que o teatro de amadores está a desaparecer na região de Leiria?

Poucos anos passados de um período recente, em que centenas de pessoas escolheram o teatro como forma de reventar o seu quotidiano, de em grupo lutarem contra o marasmo cultural que se vive na maior parte das aldeias e vilas da região, o movimento que se estava a gerar à volta do teatro de amadores deixou de ferver com a força criadora que tinha.

De há dois anos para cá tem vindo a adormecer e atravessa hoje uma fase de quase letargia.

Que aconteceu, então, para que os cerca de 50 grupos que estavam em actividade continuada, no período de 1978/79, estejam reduzidos a pouco mais de uma dezena?

"Intervenção" promoveu uma "mesa-redonda" para tentar abordar o assunto.

Para isso, e para reviver uma experiência que a todos aliciou, encontraram-se no auditório do TELA (Teatro Experimental de Leiria) alguns elementos de uma equipa que organizou diversas acções de animação teatral no Distrito de Leiria — o Joaquim Eusébio, do Teatro Amador de

Pombal, o Andrzej Kowalski, da Casa da Cultura da Juventude de Leiria, o João Lázaro, do Teatro Amador das Cortes, o Carlos Rosa que, depois de ter passado pelo teatro de amadores, é hoje actor profissional, e pela "Intervenção" Luís Coelho Pereira.

Se bem que partindo de uma situação localizada, não será talvez muito arriscado estabelecer, a partir desta "mesa-redonda", um certo paralelismo com o que se passa com o teatro de amadores no resto do país.

A MEMÓRIA DOS ENCONTROS DE TEATRO

Luís Coelho Pereira — Todos nós participámos na equipa que lançou, há alguns anos, uma série de acções de animação com os grupos de teatro de amadores da região. Poderíamos começar por falar dessa experiência que vivemos — o 1º curso de sensibilização em 1978, os Encontros de Teatro, os Festivais, a formação da Associação de Teatro de Amadores de Leiria (ARTAL), etc., e dos reflexos que todo esse processo teve no movimento de teatro amador da região.

Joaquim Eusébio — Começando pelo curso, eu recorde-me que até aí nunca se tinham envolvido tantos grupos numa acção conjunta. Ele veio envolver grupos que na sua maioria estavam numa fase embrionária ou que davam os primeiros passos.

Dos resultados do curso é difícil tirar ilações mas, pelo menos, ele teve a virtualidade de preparar terreno para os Encontros de Teatro que se seguiram — 1 por cada zona — Norte, Centro e Sul — do Distrito — o que permitiu, aí sim, já em moldes diferentes e envolvendo praticamente a totalidade de grupos existentes, aprofundar um certo número de questões teóricas e práticas relacionadas com a encenação de espectáculos.

A culminar os Encontros, realizou-se o I Festival de Teatro de Leiria, em finais de 1979.

João Lázaro — E na sequência dos Encontros veio a formar-se a

ARTAL, pois esteve sempre presente a necessidade dos grupos se juntarem e viverem uma problemática que era comum a todos.

Carlos Rosa — Sobretudo quando se antevia desde logo um período de grandes dificuldades para os grupos.

J.E. — Em relação à experiência dos II e III Festivais, realizados nos últimos dois anos, pode-se concluir que tem havido uma grande diminuição dos grupos em actividade no Distrito, não só em termos quantitativos como qualitativos.

Parece-me que tudo o que já foi dito historia, resumidamente, o que se passou e traduz a situação actual.

L.C.P. — Falando agora da ARTAL, e surgindo ela na sequência das acções de animação levadas a cabo e da necessidade sentida pelos grupos de um reforço da solidariedade entre eles, como se pode explicar que depois de se ter dado esse passo se note, como disseste, o decréscimo do número de grupos e uma menor qualidade do seu trabalho?

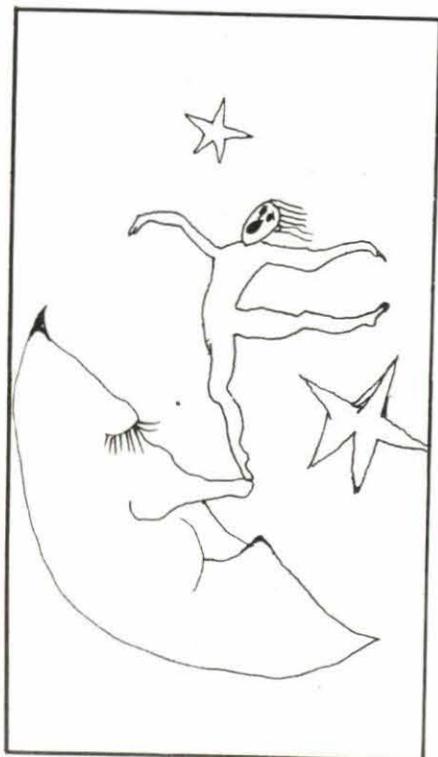
J.E. — Parece-me que a ARTAL está a atravessar também uma crise que é reflexo, como associação de grupos de teatro que é, da crise que eles próprios estão a passar.

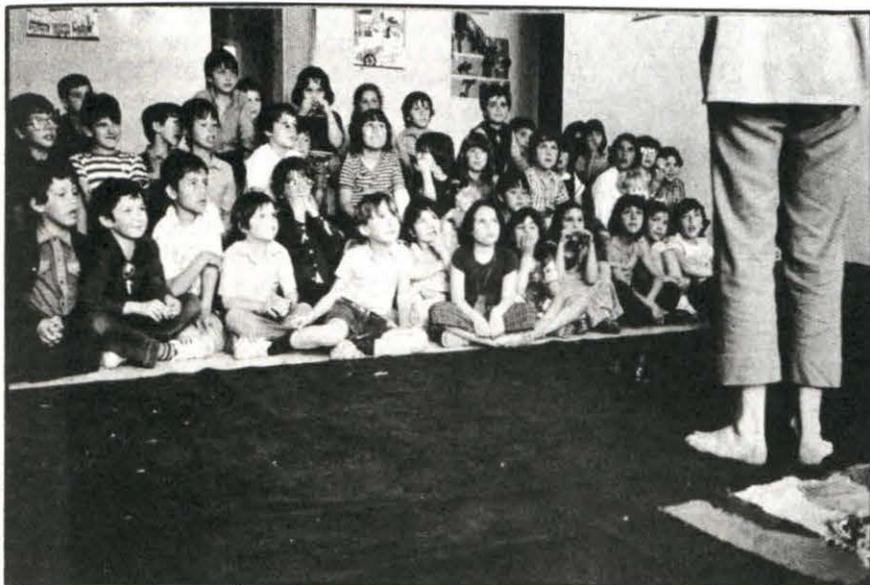
SEM SUBSÍDIOS NADA FEITO

L.C.P. — Mas então, se a formação da ARTAL representou uma maior força do movimento de teatro da região, a crise que os grupos atravessam, e como consequência a ARTAL, tem talvez a ver com uma diminuição de acções de animação promovidas pelo aparelho de Estado.

C.R. — Eu creio que todos temos consciência que por parte do aparelho de Estado houve efectivamente uma diminuição de apoio a diversos níveis, não só do ponto de vista monetário como de acções de formação.

J.E. — Sem subsídios a actividade dos grupos é muito dificultada, quer seja na aquisição de materiais quer em deslocações. A realização de cursos, encontros, etc., torna-se quase impossível,





Mariano Picarra

como demonstra a quase inexistente acção de animação teatral, exceptuando os Festivais, dos últimos anos.

Constata-se que há 3 ou 4 anos havia mais de 50 grupos no nosso Distrito com peças montadas e, neste momento, haverá entre 10 a 15, já sem falar na qualidade dos espectáculos.

L.C.P. — Parece-me de notar que a crise dos grupos de teatro está interligada também com uma desmobilização mais geral que neste momento se vive na vida associativa e nas Colectividades Populares.

J.E. — Sim, e até talvez fosse interessante fazer um gráfico que pusesse em paralelo a evolução do poder político, desde o 25 de Abril até agora, com o número de grupos e Associações em actividade. Ele mostrar-nos-ia que, a uma curva ascendente a seguir ao 25 de Abril, ainda que entre esses grupos muitos não tivessem grandes condições de continuidade, se seguiria uma curva descendente que, já se sentindo em 78/79, em 80/81 seria muito mais notória. Isto é um facto e negá-lo é a gente querer tapar o Sol com uma peneira.

E nós temos que ver que em determinados meios, em que o nosso Distrito é fértil, a vida associativa, e concretamente um grupo de teatro, é encarado e conotado, dentro duma perspectiva negativa, com determinadas forças de

esquerda. Ora, se a evolução do processo político tem sido o contrário, é natural também que isso conduza a um certo receio e desmobilização das pessoas.

O TEATRO AMADOR PODE SER TEATRO DE ALTA QUALIDADE

J.L. — Mas eu queria acrescentar uma coisa. Por exemplo, a nível de um grupo como é o caso do nosso, que nasceu exactamente em 78, o primeiro contacto que tivemos com outros tipos de teatro foi no Encontro Regional da Zona Centro. Aí deparámos com várias correntes teatrais e apercebemo-nos que teatro de amadores pode ser teatro de alta qualidade.

Quero dizer com isto que, tal como nós, houve outros grupos que tomaram consciência que, para se ultrapassar essa situação de regressão que se pode verificar — é de esquerda há que combater —, ao produzir teatro de qualidade esse risco de destruição do grupo deixa de se verificar. Em alguns casos que conheço, mesmo conotados politicamente, essa qualidade faz com que a população exija a sua existência e esse trabalho é aceite imediatamente por qualquer pessoa.

Andrzej Kowalski — Mas relativamente poucos grupos têm, à partida, possibilidade de isoladamente alcançar essa qualidade, por várias razões.

É aqui que eu vejo o grande papel da animação teatral.

É preciso criar condições para que exista um constante contacto com outros grupos. Como o João disse, foi isto que aconteceu com o grupo das Cortes, no II Encontro. Para lá da troca de experiências que os Encontros originaram, penso que é importante realçar o papel motivador que se reflectiu em muitos grupos. E isso aconteceu não só nos Encontros como nos Festivais.

No momento em que estes contactos são cortados é lógico que os grupos se tornem mais isolados.

Actualmente, por falta de apoio, não se faz intercâmbio com espectáculos, Encontros, Festivais, Cursos, etc., de uma maneira continuada, o que está a originar o isolamento dos grupos. Aqueles que conheço fizeram essa evolução qualitativa no período mais dinâmico deste processo, em 78/79. Em 80/81/82 os grupos que apresentavam uma certa qualidade continuam a ser os mesmos.

Voltamos, portanto, ao problema da importância da animação teatral.

J.E. — E se considerarmos o III Festival como animação teatral, constatamos que não houve mais nada este ano.

L.C.P. — Para que haja animação teatral tem que haver um planeamento coerente das acções a desenvolver. Tem que haver continuidade na sua efectivação, procurando que o intercâmbio se faça de uma maneira cada vez mais aprofundada.

Foi um pouco aquilo que se conseguiu fazer no período de 78/79 e por isso se estava a sentir um alargar e um fortalecimento do movimento de teatro de amadores no Distrito.

É necessário distinguir uma animação teatral que se baseia numa série de acções pontuais, ao sabor da ocasião, duma animação em que essas acções se interligam e vão completando de uma forma coerente, adaptando-se e dando resposta às necessidades que os grupos vão sentindo.

Por outro lado, é necessário

ANIMAÇÃO TEATRAL



Mariano Picana

pensar na animação, como se fez, não em termos de dar receitas, mas sim no de abrir novas perspectivas, combatendo a relutância que muitas vezes existe de aceitar a inovação e a experimentação, confrontando os grupos com opções estéticas o mais amplas possíveis.

A.K. — Em 78/79 houve um planeamento a longo prazo de acções que incluiu três níveis — a formação técnica, concretizada numa série de cursos, os 3 Encontros Regionais e por fim o Festival. Houve sempre essa preocupação de abrir perspectivas, penso eu. Acho importante que se transmita a ideia de experimentação, principalmente no sentido de os grupos pesquisarem novas formas de chegarem ao público concreto a que se querem dirigir, não só no sentido de haver uma mais fácil compreensão, mas principalmente no sentido de contribuir para o enriquecimento cultural.

Na maioria dos casos, os grupos não têm coragem de experimentar e, limitando-se a utilizar algumas receitas que adquiriram, ficam satisfeitos quando o público, com uma comédia qualquer, se farta de rir.

J.L. — Só queria acrescentar que me parece importante a realização de Festivais em Leiria. Para os grupos isso tem importância pois sabem que o público da cidade é exigente, por ser uma

terra com tradições teatrais muito grandes, e os grupos amadores quando vêm a Leiria sentem muita responsabilidade.

QUE SAÍDAS ?

A.K. — Bom, em relação ao plano que havia de se realizar outra vez três encontros regionalizados e diversos cursos, o que se verifica é que de Lisboa não deram o subsídio. Houve só dinheiro para a Casa da Cultura realizar um curso. E isto tem um grande reflexo nos grupos, que cada vez se sentem mais isolados.

Para lá disto, outro factor muito importante para a desmobilização que há, foi o desfazer da equipa de animadores que havia, tendo entrado pessoas para substituir as que saíram que são tudo menos animadores culturais (vêm pessoas do Fundo de Desemprego, que tanto podiam ser animadores como trabalhar no escritório de uma fábrica qualquer...). Para se sair desta situação era preciso que houvesse uma política de animadores culturais correcta.

C.R. — Outro factor muito importante, que contribui para a situação que se vive, é a falta de contactos regulares entre os animadores e os grupos, que deixaram de se fazer. Mesmo quando não eram contactos com finalidades meramente técnicas isso era importante, pois dava à Associa-

ção ou ao grupo de teatro a noção da importância do seu trabalho e motivava as pessoas a continuarem.

A.K. — Agora até isso é impossível pois as verbas para as deslocações dos animadores, mesmo quando feitas nos seus carros, são cortadas.

L.C.P. — Parece-me que isso é uma questão fundamental. Para lá da animação teatral, é essencial fazer um trabalho de animação cultural com as Colectividades onde os grupos de teatro estão inseridos.

O constante contacto, no local, que houve em 78/79 com as Colectividades Populares do Distrito, as conversas havidas, os apoios dados, representavam um estímulo fundamental para se poderem concretizar as acções específicas no campo teatral.

A.K. — Um dos problemas graves que se passa a nível distrital com o único organismo oficial — o FAOJ — que desenvolvia alguma acção de animação cultural, é uma cada vez maior centralização, em Lisboa, das decisões, assistindo-se a uma grande burocratização dos contactos com as associações culturais.

J.L. — Eu penso que a ARTAL poderia tornar-se a alternativa à máquina burocratizada dos organismos oficiais.

J.E. — Mas a ARTAL, só por si, não está em condições disso. Eu, como elemento de um grupo de amadores, lançava a questão de saber se os grupos de teatro profissional do Distrito não poderiam ser eles próprios elos de uma cadeia de animação teatral.

A.K. — Sim, a função de um grupo profissional é também de animação teatral, mesmo sabendo que a sua função principal é a produção teatral.

L.C.P. — À laia de conclusão, poder-se-ia dizer então que os grupos profissionais existentes em Leiria — o TELA e a Columbina —, independentemente dos seus projectos próprios, numa acção conjunta e coordenada com a ARTAL e a Casa da Cultura, deveriam lançar iniciativas que contribuissem para desbloquear a situação actual.

CONTRIBUTO

ALTERNATIVES PAYSANNES

Será fatal o tipo de desenvolvimento económico em que nos querem fazer acreditar? Será fatal que o "desenvolver" é seguir os padrões que a C.E.E. propõe? Será que o Bem-Estar, a melhoria da qualidade de vida das populações passa padrões que se apresentam como dogmas?

Mas...
O modelo de desenvolvimento apostou na desertificação das zonas rurais de montanha. As condições de exploração da terra não se adaptariam aos modelos de desenvolvimento da Comunidade Europeia. Hoje o petróleo verde, o desemprego, persistem rever posições.

É neste contexto que um grupo de animadores da associação "Peuple et Culture" da região de Grenoble. Ouvindo as aspirações dos agricultores da região transforma a tradicional actividade cultural em animação económica-técnica-científica-educativa...

A maquinaria que existe não é feita para nós? — Cria-se um modelo de tractor — o Yeti — Que aguenta inclinações de montanha de 65%. O queijo que produzimos não é competitivo com os do mercado? — Inventam-se redes autónomas de distribuição ao consumidor. As crianças perderam o amor ao campo? — Um dia por semana, um grupo de alunos das escolas primárias participa nos trabalhos rurais.

"Talvez trabalhemos mais horas do que previsto nos padrões da C.E.E. mas somos mais felizes assim porque é mais nosso o que fazemos" — Dizem agora os agricultores.

O Grupo de Grenoble vai registando o que se faz, o que se diz, o que se vai pensando. Uma revista é editada:

Peuple et Culture de l'Isère 9, rue de la Poste 38000 Grenoble



"FORMAR ANIMADORES SOCIO-CULTURAIS EM MEIO POPULAR"

Tema de um livro escrito por Henry Ingberg, é também questão de fundo de todos os que se empenham na Animação Sócio-Cultural.

Sobre a realidade do seu país, a Bélgica, o autor reflecte e questiona-se sobre os "termos caros da matéria": Animação Sócio-Cultural, Educação Permanente, Cultura, Meio Popular, o que são?

Proporcionar meios a um grupo social desfavorecido para "forjar e exprimir os seus próprios valores, tornando-lhe acessível o poder de decisão nos seus diversos sectores: económico, social, cultural, político, que integram a sua vida quotidiana" é, segundo o autor, o objectivo da Animação Global.

Que quadro institucional, dentro do qual decorre a animação e age o animador? Para além do Estado e de outras entidades afins, "são os movimentos voluntários de grande dimensão (...) que influem mais na determinação dos modelos culturais".

Que animadores a formar se "o que permanece essencial é que o meio em causa faça surgir do seu seio os seus próprios animadores, por um trabalho progressivo de tomada de consciência e de emancipação"?

Que formação e formadores? Como formar? Formar pela prática. O conteúdo da formação derivará das lacunas e das necessidades manifestadas pelo progressivo desenvolvimento da acção.

Este livro que, para quem o escreveu, é um "momento de paragem indispensável a quem se recusa a cair no activismo", é um contributo prático e teórico importante neste "espaço" onde as publicações especializadas não abundam. **A não perder.**

Pedidos a: EDIÇÕES BASE
Lisboa: R. de S. Bento, 672, 1200 Lx. — Telef. 689533
Porto: R. Passos Manuel, 209 - 1º, 4000 Porto — Telef. 38 09 31
Coimbra: R. Nova, 42



E porque não dramatizar a história de um rei diferente com as crianças dos **Tempos Livres** do bairro ou da associação?

Aqui fica a proposta deixada pelas edições Afrontamento: "No Reino do Castelhinho das Duas Torres", de Luísa Ferreira, é uma história para crianças contada num pequeno livro, maravilhosamente ilustrado.

Outros livros publicados pela Afrontamento:
— Jean Vigo, Luis Filipe Rocha;
— Escola, Sociedade
— Que relação?, Luíza Cortesão.

— Viva Reich, A. Jacinto Rodrigues.
Leituras a fazer!

CAFÉ COM LETRAS



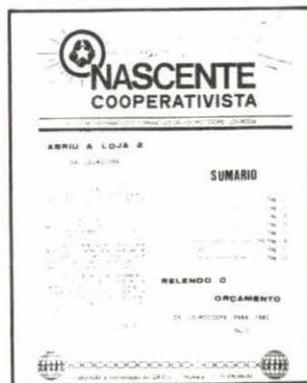
Ora cá está o "Café com Letras", boletim do Centro Cultural Regional de Santarém!

Um "café" saboroso, bimestral, de arranjo gráfico cuidado, dando essencialmente neste primeiro número uma visão do Centro Cultural, o seu espaço de inserção, os seus desejos e projectos.

Por nossa parte, gostaríamos também de ver reflectidas neste boletim as acções com a população que animadores locais e associações vêm fazendo no distrito de Santarém.

Cá ficamos à espera de outra "bica".

NASCENTE COOPERATIVISTA



Cá recebemos também a "Nascente Cooperativista", boletim bimestral informativo e formativo da Lourocoope, que tem projectadas para o mês de Julho uma série de actividades que incluem projecções de filmes, provas desportivas e um passeio na zona do Buçaco e Luso.

"Nascente Cooperativista"
Apartado 73
4536 Lourosa Codex

"O CULTURAL"



Mais um boletim, desta feita "O Cultural", da responsabilidade do Centro Cultural da Cooperativa "A Sacavenense", que ao longo de oito páginas nos dá a ideia do quanto se pode fazer em animação cultural numa cooperativa de consumo: alfabetização, um curso de jornalismo, um grupo de teatro, cinema amador, concursos de fotografia, lições de música, tudo isto pode acontecer!

Numa "caixa" da última página do boletim lê-se: "Prendemos aprender e ensinar a ocupar bem os tempos livres".

"O Cultural"
R. Ricardo Rodrigues
2685 Sacavém

Final por este país a informação cultural está viva. Muitas folhas e pequenas publicações vão aparecendo, dando conta da actividade de grupo, das iniciativas de cooperativas, das realizações de Câmaras.

A "Intervenção" têm chegado várias dessas publicações:

— "A Seara", boletim cultural da CM de Montemor-o-Novo;
— Boletim informativo da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio;

— Boletins municipais das CM de Palmela e Montemor-o-Novo;

— "A Urtiga";
— "Há tanta ideia perdida", jornal do Centro Cultural Bento de Jesus Caraça;

— "Brisa de Mar", da Juventude Desportiva e Cultural do Mar — Esposende;

— "Informa", da Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo;

— "Écran", do Cineclube de Faro;

— Boletim do TELA (Teatro Experimental de Leiria).

— Boletim do Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira;

— Boletim do Grupo de Estudos Arqueológicos e Etnográficos de Odemira;

— CACF, órgão do Centro de Acção Cultural do Funchal.

A todas elas o nosso apoio!

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS LUÍS BRAILLE

"O prazer de ver todas as coisas que a nossa vista descobre, não é de modo nenhum comparável à satisfação imensa que dá o conhecimento das coisas por meio do pensamento"
(René Descartes)

Criada nos finais da década de 20, a Associação de Cegos Luís Braille representa, sem dúvida, um passo importante na resolução dos problemas dos cegos pelos próprios cegos. Surge num contexto histórico bem determinado, como resposta imediata a problemas concretos dos cegos desse

tempo, tais como a formação de uma biblioteca de apoio aos músicos cegos.

Não é nosso intuito determos aqui numa perspectiva histórica de análise da "ACLB", mas sim incidir no que ela representa actualmente no movimento associativo dos deficientes. Todavia, sabemos bem que nem sempre tudo decorreu da melhor forma, como ainda hoje não decorre como, felizmente, os cegos portugueses já sabem desejar. O Estado Novo, não permitindo a livre associação entre os cidadãos, concedia aos deficientes visuais o "privilégio" de se associarem, ou melhor de se isolarem em centros segregacioná-

rios de coexistência pacífica, sem qualquer poder reivindicativo, locais onde os cegos conviviam com outros indivíduos cegos, discutindo, é certo, os seus problemas, mas numa forma alienada, inautêntica, porque desfazada dos problemas quer dos outros deficientes, quer da população em geral, sem ter em vista a integração social.

Tal situação levou à aquisição de hábitos extremamente negativos, que passaram a ser "herdados" e a constituir estigmas colectivos que ainda nos afectam grandemente, aliados a uma carência de cultura, porque esta também nos era negada. Assim, o papel da Associação de Cegos Luís Braille não poderá ser outro senão o de, amplamente, formar e informar os indivíduos cegos, quer directamente, quer apelando para os responsáveis, porque não ignoramos que o pensar é bem mais importante que o mero ver sensorial, costumando dizer-se que cego é o que não quer ver, acrescentando nós: e aquele que o não deixam ver.

As Associações, portanto, não podem ser substitutos do Estado mas, ao invés, cabe-lhes o papel de congregarem os anseios dos que representam, devendo exigir das entidades oficiais a concretização desses mesmos anseios.

É o trabalho o primeiro passo para a integração social através da independência económica do indivíduo cego e através da afirmação da sua personalidade, na certeza da sua utilidade na sociedade. A "ACLB" não tem meios ao seu alcance para avaliar as capacidades de cada indivíduo e de lhe garantir colocação. Cabe-lhe, pois, o papel de alertar as entidades oficiais, patronais e sindicais, resolvendo um ou outro caso pontual.

No que concerne à segurança social, a "ACLB" mantém uma tradição de ajuda económica periódica ou eventual a casos extremamente carenciados; contudo, revela-se impotente para resolver certos problemas como, por exemplo, o da habitação, em que se deparam situações verdadeiramente aflitivas e que não é, pensamos, com medidas como a equiparação dos deficientes aos bancários, que este problema grave encontra solução. Os cegos necessitam de um espaço onde possam construir a sua felicidade, estender o arsenal dos seus materiais indispensáveis à captação e comunicação do mundo que os rodeia, pois bem sabemos que até mesmo quartos extremamente exigüos lhes são negados, porque a popula-

ção não está ainda apta a aceitar indivíduos com deficiências.

Apesar de tudo, a "ACLB" tem em mente a construção de um lar residencial, como solução provisória dos jovens e dos solteiros, projecto este comprometido com as recentes medidas do sr. Governador Civil, ao fazer pagar à "ACLB" cerca de 14 mil contos de prémios não reclamados dos seus sorteios, sua única fonte de receita. Bem entendido que a solução desejável, e na qual a "ACLB" está empenhada, é que cada indivíduo possa adquirir a sua casa no bairro da sua preferência, entre outros cidadãos ditos não-deficientes.

Apesar de tudo, a "ACLB" inaugurou, dia 3 de Maio, na Rua de S. José — 74, um departamento de vendas de materiais de e para cegos, onde estes podem encontrar materiais indispensáveis à sua realização pessoal e profissional, e ainda outros podem vender o seu artesanato, que venha tornar menos amargo o pão de cada dia. Demonstram, de forma inequívoca, por outro lado, estas iniciativas, a maturidade e a capacidade dos deficientes visuais portugueses, sendo hora, portanto, de os serviços públicos, ligados aos deficientes, abrirem as suas portas para que, enfim, os cegos tenham uma palavra a dizer na resolução dos seus próprios problemas.

A alfabetização, a educação e o incentivo da prática desportiva, enfim, a cultura e o recreio, constituem batalhas árduas da "ACLB", já que as trevas da ignorância podem ser rasgadas pelos cegos e só clarividentes, esclarecidos, poderão explicar os seus pontos de vista e a razão que lhes assiste, isto é, ganharem o lugar na sociedade de CIDADÃOS DE PLENO DIREITO.

Com a sede velha e acanhada, com todos os problemas que diariamente nos são postos, nós, os cegos portugueses, sabemos que é através do movimento associativo que poderemos encontrar os caminhos mais curtos para o objectivo final comum a todos, ou seja, a integração social através do direito à vida, à reabilitação e ao trabalho.

NOTA: Tendo nós vindo a desenvolver a alfabetização na "ACLB", estamos a publicar o "Viva Voz" em braille, bem como os textos de "A Vida é a Melhor Escola"; todos os interessados os poderão solicitar à nossa Associação e estamos abertos a todos os tipos de colaboração que todos vós possam e queiram vir a dar.

O Grupo Cultural da ACLB



Mariano Piçarra

SEMANA CULTURAL DE METALÚRGICOS

ALMADA, OUTUBRO 82

Também os Sindicatos podem lançar um trabalho de animação cultural, quer nas empresas, quer em iniciativas mais vastas como é o caso da I Semana Cultural dos Metalúrgicos que terá lugar em Almada de 3 a 10 de Outubro na Oficina da cultura da Câmara Municipal.

Com título "A Arte dos Metalúrgicos", será inaugurada uma exposição de pintura, dese-

nhos, fotografia, gravura, escultura, construção, modelagem, cerâmica e colecções.

Para além desta mostra, será apresentada ao público os trabalhos concorrentes aos "Jogos Florais Metalúrgicos".

Para mais informações contactar com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul — Barreiro.

I ENCONTRO DE FOLCLORISTAS DO DISTRITO DE PORTALEGRE

LINO MENDES

E continuamos a falar de Folclore, agora para referir que no dia 20 de Fevereiro se realizou em Montargil, o "I Encontro de Folcloristas do Distrito de Portalegre", cujos temas principais foram **As funções de um Rancho Folclórico e Como fazer uma recolha etnográfica.**

Podem considerar-se alcançados os objectivos imediatos, a expressarem-se numa primeira sensibilização para a realidade dos agrupamentos de folclore. Em face do conhecimento da existência de 25 Ranchos neste distrito (conforme trabalhos iniciais para a "Carta Cultural"), não se ignorando que por uma ou outra razão muito poucos estavam sensíveis a essa mesma realidade, urgente se tornava esta unificação de esforços. Que se concretizou numa realização conjunta Grupo de Promoção/Rancho Folclórico/Casa do Povo, que teve ainda a colaboração da Casa da Cultura da Juventude de Portalegre e o apoio da Delegação Regional do FAOJ e da Federação do Folclore Português. Sendo de referir que 13 desses 25 agrupamentos estiveram presentes, não o fazendo alguns outros certamente por razões de força maior.

A humildade constitui uma factor de que um verdadeiro, um autêntico grupo de folclore não pode abdicar, afirmou-se, já que nunca é tarde para fazer uma "paragem", olhar para trás e constatar o que há para corrigir, sendo urgente recolher e preservar muito do que corremos o risco de a breve prazo ver perder-se. Pois cada velhinho que morre é uma página da nossa história que desaparece.

A todos quantos estiveram presentes neste Encontro, e se ainda as tinham, por certo não restam agora dúvidas quanto às funções de um Rancho Folclórico, as quais se expressam na

defesa, na preservação, na divulgação e na dignificação dos usos e costumes, da tradição da região em que se inserem. Sendo ainda referido que, para além do **espectáculo** que um Grupo Etnográfico proporciona, a sua actuação não deve prescindir do cunho pedagógico. Deve o mesmo (agrupamento) ter profundas raízes populares e muito há a realizar para que o público (afinal, o povo) no geral saiba destriçar entre o traço bonito e o verdadeiro, entre o dançar bem e o bailar correctamente. Quanto aos caminhos para que se atinja essa autenticidade, também aqui foram, e de maneira concreta, referidos.

Também um alerta aqui ficou, para que as entidades competentes, nomeadamente as autarquias, através dos subsídios a conceder, responsabilizem os agrupamentos no sentido da autenticidade. Não se pretendendo, note-se, e isso foi igualmente referido, que se acabe com os grupos de expressão etnográfica, se bem que, e fundamentalmente, depois de separar o trigo do joio, em trigo há que tentar transformar esse mesmo joio... Se os seus responsáveis então não o pretenderem, reconheça-se que algo ainda significam como ocupação dos tempos livres. Que se designem no entanto e apenas por "Grupo de Danças e Cantares", negando-se-lhe porém o estatuto de Grupo Folclórico em face da sua falta de identidade. **E, naturalmente, que não poderão ser beneficiários de determinado número de apolos.**

Ficou em Montargil logo determinado, que o II Encontro terá lugar na vila do Cano. Outros depois e igualmente se seguirão, pois são necessários para a clarificação. E muito trabalho há a realizar.

FESTAS GUALTERIANAS

O facto já vem a acontecer desde 1906 e sucessivas gerações têm dedicado aos populares festejos o melhor da sua vontade e do seu saber, desde a primeira comissão constituída pelos vimarenenses José de Pina, João de Melo, padre Gaspar Roriz e Abel Cardoso, todos já desaparecidos.

As festas de Guimarães tiveram origem nas tradicionais feiras de S. Gualter, criadas no ano

de 1452 por D. Afonso V. Já nessa época era considerado o acontecimento mais importante da região do Minho, onde acorriam lavradores e fazendeiros de todo o Norte do país. Mais tarde, em 1557, com a trasladação das relíquias de S. Gualter, que morreu naquela cidade, foi fixada a data do primeiro domingo de Agosto para estas comemorações anuais.

É TEMPO DE AGIR!



A questão da produção de energia oriunda das centrais nucleares tem sido falada, nos últimos tempos, com grande insistência.

Panaceia de alguns sectores político-sociais para a resolução dos problemas energéticos foi, após o congelamento da construção de Ferrel (a que não foi estranha a oposição popular), só levemente a florada pelos sucessivos governos.

Hoje, no entanto, volta à ordem do dia. Tanto pela participação técnico-económica nacional na central de Sayago, como pela incúria (a troco de quê?) com que é tratada a instalação de centrais nucleares na área fronteira nacional, utilizando as águas de rios internacionais.

A SITUAÇÃO NUCLEAR NA PENÍNSULA

Com 4 centrais em funcionamento, 5 em construção, 4 licenciadas e cerca de 20 projectadas, a Península possui um dos programas nucleares mais ambiciosos da Europa.

A oposição da população, as mobilizações da opinião pública, as acções de toda a ordem que mostram a recusa deste caminho totalitário, não merecem senão uma escassa atenção da parte do poder. A democracia vigiada espanhola avança a sombra do nuclear. Contra o homem e a natureza.

Para além das centrais, reais ou projectadas, a Península

pode orgulhar-se de ser uma zona rica em minério de urânio, donde as indústrias de extracção mineira que enchem a boca dos nucleocratas franceses (sem cor nenhuma). Possuímos também uma fábrica de tratamento deste minério e um cemitério de resíduos radioactivos que vai envenenando as nossas costas.

O CERCO EM QUE VAMOS SENDO ENVOLVIDOS

Sayago, projectada sobre o Douro a 15km de Miranda do Douro. Almaraz, sobre o Tejo (com um reactor "instável", onde já se verificaram duas falhas...). Valdecaballeros, na zona de regadio extremeña e utilizando águas do Guadiana.

O governo espanhol instala o seu nuclear longe das zonas energeticamente mais necessitadas, nas regiões subdesenvolvidas do seu território, nas regiões mais despovoadas...

A oposição popular, aí, não é grande, obviamente. E o governo português também não se importa muito...

Mas nós, nós quem é que vamos responsabilizar?

As hipóteses de acidente foram consideradas?

Os sistemas de segurança das centrais espanholas obedecem às novas exigências internacionais?

Há um plano de evacuação da população das áreas abrangidas pela central?

É TEMPO DE AGIR!

E AS POPULAÇÕES INTERESSADAS?

Trás-os-Montes e o Alto Douro, a zona de Léon em Espanha, são das mais pobres da Europa. O índice de emigração, o envelhecimento da população, as carências alimentares e sanitárias são elevadíssimos. Estes projectos megalómanos, de grandes investimentos, beneficiarão a região?

A resposta é NÃO! Antes pelo contrário.

O desenvolvimento das potencialidades naturais será impedido, o atentado ao património ecológico da região será óbvio. A riqueza que brota dos socacos ribeirinhos (o vinho do Porto) será gravemente ameaçada. Tudo isto para alimentar as grandes indústrias dos grandes centros. Na zona... continuará a faltar electricidade.

QUE ALTERNATIVAS PROPOMOS?

Militantes anti-nuclearistas, homens e mulheres que lutamos por uma sociedade onde a vida humana se encontre em harmonia com a natureza e o desenvolvimento social se faça na diversidade e autonomia do ser humano face aos poderes centralizadores, advogamos um projecto de sociedade diferente, não como fé ou absoluto, mas como construção e participação.

Para tal achamos necessário, urgente:

— Uma política energética que tenha em consideração o carácter finito e limitado dos recursos naturais deste mundo em que vivemos, que tenha em consideração os perigos da tecnologia do nuclear, o seu carácter perigosamente centralizador e a pesada herança que deixa ao futuro.

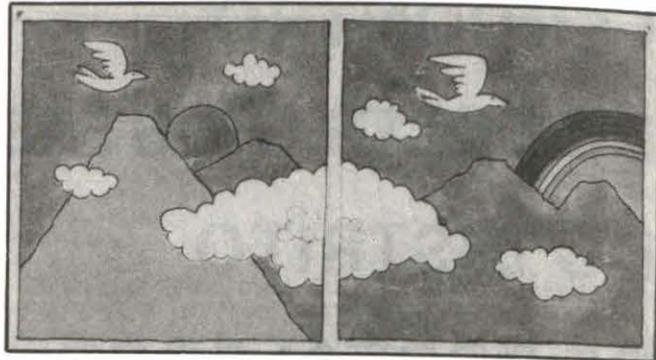
Uma política energética é, para nós, uma parte de um modelo económico e social que passa por um novo urbanismo, uma reestruturação do aparelho produtivo, uma recuperação da dimensão cidade/campo. Uma política de poupança energética e que privilegie os bens duráveis e recicláveis e as energias suas, derivadas do sol.

— Um novo projecto de gestão civil, passando por uma efectiva descentralização e regionalização, pela diminuição do poder burocrático do Estado, por um modelo federalista e regionalista para ultrapassar os impasses desta sociedade em que vivemos, uma outra Europa que avance um projecto de solidariedade mundial, de desarmamento, democratização e modificação deste mundo à beira da guerra e marcado pela vergonha da fome.

— Uma efectiva democratização da sociedade portuguesa. Essa passa por modificar as leis eleitorais que impedem a participação dos cidadãos e das suas associações na gestão das suas comunidades, impedem que estes se pronunciem através de mecanismos apropriados acerca das questões legislativas que lhes dizem respeito, e distorcem a realidade política impedindo a expressão das minorias.

— Esta crise que vivemos e que nos atormenta com carácter de perpetuidade tem solução! Solução que passa por superar o racionalismo económico e reduzir a economia à dimensão do ser humano, domesticá-la: consumindo melhor, dividindo o trabalho e o tempo livre de outra forma, desenvolvendo a auto-produção e as novas técnicas de informação que nos projectam numa nova sociedade.

É possível retrocedermos caminho e evitar o que parece inevitável...



A esperança é, deve ser, uma nova, uma grande onda...

MOBILIZEMO-NOS PARA DEFENDER A VIDA E ROMPER ESTA SOLIDÃO QUE NOS VAI ENVOLVENDO

As grandes jornadas começam com um só passo... Não é ficando em casa, a ver televisão, que poderemos recuperar o tempo e o espaço da vida que nos vai sendo negado. Esta vida de sons e fúrias, de barulhos diversos vai sendo unificada pela regência de um maestro, que impõe uma partitura fúnebre.

É tempo de agir e reencon-

trar a nossa realidade, o prazer, as rosas e os sorrisos.

De 8 a 14 de Agosto vamos encontrar-nos em Miranda do Douro para manifestar a nossa oposição à central nuclear lusoespanhola de Sayago e solidarizarmo-nos com as populações locais em luta contra esse atentado à vida, à natureza.

Depois... bem... depois vamos continuar, com a imaginação que tivermos, a diferença que reivindicamos, a não-violência que praticamos, a informar e consciencializar.

Para com a nossa acção juntar os vivos para modificar este mundo, onde por agora sobrevivemos.

"OS AMIGOS DA TERRA"

UMA COMPONENTE EDUCATIVA NUMA FEIRA FRANCA

Quem chegar a Amares, apercebe-se imediatamente que há festa rija. Se tiver o meu "fraco", basta parar para beber um café e sabe que há FEIRA FRANCA.

Lá encontra de tudo como na farmácia; e este ano, nos Paços do Concelho, vê um letreiro a dizer ARTESANATO

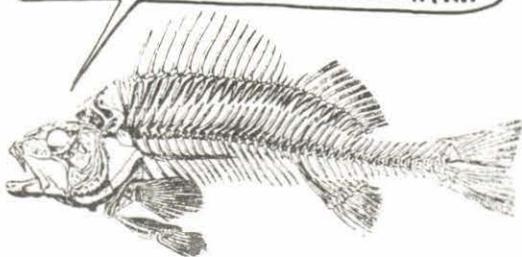
Estive lá com uns colegas de trabalho e fiquei muda e queda!

No nosso país a palavra artesanato está tão adulterada e comercializada que ver o que se passa em Amares até ao dia 23 é de nos fazer reflectir.

Ali, numa sala sem pretensões, a Comissão da Feira Franca, com a Câmara Municipal e a Coordenação Concelhia da DGEA, dão uma amostragem

do nosso património na sua verdadeira e mais pura dimensão. Nota-se um trabalho amador, que foi concebido dentro dos princípios da cooperação: Não há falsos pretensiosismos, nem veleidades de cartaz. Há, sim, em todo o ambiente, um cheiro a feno e terra molhada, a roupas que cheiram a rosmaninho, a alfaias agrícolas crivadas de suor, oratórios e imagens que inspiram a verdadeira fé, pratos e louças que contam histórias lindas das noites de serão, roupas que fizeram o luxo das moças em dias de festa e que ouviram o gemer do corpo no trabalho duro do campo, cobertas que trazem consigo o segredo das noivas, um andor feito em talha de madeira à mão,

ASNEIRA... QUEM ME MANDOU PASSAR AO PÉ DA CENTRAL NUCLEAR!...



CIRCULTURA EM GUIMARÃES

UMA FORMA NOVA DE FAZER CULTURA

A "Circultura" nasceu da iniciativa de uma das mais movimentadas associações culturais da cidade — o CICP (Centro Infantil de Cultura Popular). No final de 81 esta associação realizou o seu 2º FESTAG (Festival de Teatro de Amadores em Guimarães), cujo êxito foi convincente para que os seus promotores se lançassem numa realização mais profunda e de maior dimensão.

Neste concelho, onde abundam as colectividades, não existe, neste momento, uma Casa de Cultura que favoreça o

trabalho social e criativo dessas associações. A maioria delas tem dificuldade em desenvolver o trabalho que desejavam por falta de um espaço reservado para as suas actividades.

Querendo satisfazer o público desta cidade, que vem demonstrando um enorme desejo de encontrar algo de diferente daquilo que as 2 casas de cinema trazem na sua programação diária — normalmente constituída por filmes de muito má qualidade, onde o cinema português é praticamente esquecido, e como não é só de

mau cinema que se faz a cultura — o CICP resolveu alugar uma tenda de circo para preencher esse vazio que se vinha notando na cidade. É uma iniciativa louvável e original, talvez a nível nacional, a de aproveitar as instalações de um circo para fazer cultura.

A princípio a ideia não foi totalmente acolhida por parte do público, talvez por ser um local pouco cómodo ou por uma certa desmotivação que vem sendo criada na população de uma cidade de província por falta de realizações culturais, e também por uma deficiente publicidade que foi feita para os primeiros espectáculos. Porém, dia após dia, a afluência foi aumentando e neste momento a colectividade sente os objectivos atingidos.

Notámos com muito agrado que "A Circultura", pela sua qualidade e pelo espaço cultural que vem criar junto do público, se colocou como uma realidade que a cidade não pode perder. Hoje é frequente ouvir nas conversas de rua ou de café o louvor à iniciativa e a identificação do público com o espaço que se criou.

O CICP vai construir um auditório para desenvolver com mais assiduidade as suas activi-

dades culturais, utilizando para tal um terreno anexo à sua sede e que pensa ver concluído num futuro próximo. Entre as actividades de maior impacto que se vão realizar este ano, prevê-se para o próximo Setembro/Octubre a realização do 3º FESTAG, tendo já sido contactadas várias companhias de teatro de amadores do país com vista à sua participação.

A realidade da "Circultura" (cultura numa tenda de circo) vem demonstrar que é possível desenvolver a cultura e tornar necessário um maior acolhimento pelo Estado dos espaços culturais na província.

José Fernandes de Matos

EM OUTUBRO DE NOVO!

**Amigos:
A Intervenção vai interromper a sua publicação durante os meses de Agosto e Setembro.
Em Outubro cá estaremos de novo.
Contamos convosco pois ainda há muito para dizer sobre animação.**

que testemunha a crença dum homem que "por todos" os seus ofereceu a S. Bento para lhe conceder uma graça, artesanato em arame, em verga, em talha de madeira, peças raras de louça com excepcional tratamento... e tudo... tudo está ali para que o povo acredite que não são velharias, mas que são pedaços do nosso passado-presente e que testemunham a nossa existência/evolução... tudo está ali para que os nossos meninos da escola saibam e possam ver no presente o futuro... sem esquecerem que o passado deve constituir um ponto de reflexão, que... apesar dos carros, dos aviões, dos pacotes de batata frita, das roupas de nylon, da televisão, as nossas raízes têm que ser assumidas dentro da sua verdadeira dimensão.

Nós e eles temos de nos repensar, que mundo queremos, e não é só com autocolantes contra a energia nuclear, ou aplaudindo manifestações ecológicas, que defendemos o nosso mundo... NÃO!

É com a prática e actividades deste tipo que encontramos as alternativas, que compreendemos o progresso verdadeiro e não aquele que nos quer massificar.

AOS PRESOS DO PRP

Recado de companheiro

Para que não chegue o dia em que a flama de esperança que arde no chão do teu dia, amanheça recoberta de uma fuligem tão fria como um ferrão de tristeza no azul de tua alegria;

para que esse dia — e é o dia em que te começa a morte — não chegue,

tens de guardar dia a dia, mesmo doendo, o amor no teu coração: sabendo que amor só cresce quando se reparte inteiro, e se deixa de crescer.

Só viverá o homem novo, não importa quando, um dia, se os que por ele sofremos formos capazes de ser semente e flor desse homem.

**Poesia comprometida
com a minha e tua vida
THIAGO DE MELLO
O colectivo
da Intervenção**

**pontualmente
à quinta-feira!**

**UMA NOVA FORMA
DE INFORMAR**

ponto

R. da Alameda 185, 1 1200 Lisboa, Tel. 368602 07 15

AS NOSSAS MEMÓRIAS...

"As fogueiras de S. João".



De entre os Santos Populares que o povo português venera de um modo tão especial, é sem dúvida o São João o mais querido e o mais festejado. Nem o próprio Sto. António de Lisboa arrasta mais entusiasmo e alegria. Desde logo porque os festejos de S. João ultrapassam largamente as cidades de Porto e Braga, onde são mais característicos, para serem verdadeiramente nacionais, não havendo vila ou aldeia onde se não acendam fogueiras em honra do Baptista. Depois, e sobretudo, porque a imaginação popular criou um S. João à sua medida: um santo folgazão, irreverente, atrevido para com as raparigas, casamenteiro mas simultaneamente ele próprio namoradeiro, enfim, um santo muito terreno e muito identificado com algumas características do nosso povo. A essa auréola de santo reinado, despreocupado e brejeiro, não fica indiferente o canoieiro popular português, que lhe dedica um sem-número de quadras e canções, as mais das vezes em tom jocoso.

S. João casai as moças
Que vos fazem as fogueiras.
Às que vo-las não fazem
Deixai-as ficar solteiras.

S. João para ver as moças
Fez uma fonte de prata.
As moças não vão à fonte,
S. João todo se mata.

Os festejos de S. João são hoje a reminiscência de um antiquíssimo rito pagão, anterior ao cristianismo, que, tal como outros, a Igreja assimilou depois à sua liturgia: constituem, efectivamente, a adaptação cristã do longínquo culto do fogo, através do qual os povos primitivos acompanhavam e celebravam a evolução solar ao longo das estações do ano. Neste caso, assinalavam com enormes fogueiras a passagem do solstício de Verão, em que o sol atinge o seu máximo esplendor, e daí que o S. João se celebre em 24 de Junho, com abundância de fogueiras e folguedos à sua volta.

E assim, perpetuando uma tradição multissecular, ainda hoje as nossas gentes continuam a comemorar a data especial acendendo fogueiras, erguendo mastros, acorrendo entusiasmadamente aos bailaricos, procurando trevos de quatro folhas, alhos porros e ervas bentas, desta forma honrando o seu santo preferido, a que carinhosamente chamam "o Baptista".

José Alberto Sardinha